

política operária

número 6

**DIRETRIZES PARA UMA
POLÍTICA OPERÁRIA**

**ALIANÇA COM A BURGUESIA
OU UNIDADE REVOLUCIONARIA?**

**MOVIMENTO OPERÁRIO:
TAREFAS DA VANGUARDA**

COMPANHEIRO,

Este número da revista, é, de certa forma, uma edição especial. Êle contém, entre outros materiais, as teses e diretrizes políticas aprovadas no II Congresso da Organização Revolucionária Marxista POLÍTICA OPERÁRIA.

Procuramos, assim, estar a altura da tarefa a que nos propusemos com esta publicação: contribuir, com nossas análises econômicas e políticas, para o desenvolvimento da consciência revolucionária no Brasil. Esta consciência se desenvolve, é claro, ligada intimamente à própria prática revolucionária e à luta contra as concepções burguesas que visam deformá-la e desviá-la; porisso o caráter essencialmente polémico de nossa contribuição.

Você perceberá que nossa revista não visa simplesmente ser lida, mas discutida e divulgada, utilizada na construção de um programa operário no Brasil.

O CAMINHO DA CRISE BRASILEIRA

A impotência do capitalismo brasileiro vem pontilhando todo o seu caminho com uma série inumerável de crises políticas e econômicas. Agora mesmo nova crise vem perturbar as perspectivas de nossas classes dominantes. A reforma ministerial tem como sombrio pano de fundo a falência do Plano Trienal, o inegável descontentamento do FMI, os crescentes compromissos externos, as queixas de industriais e cafeicultores, a derrota da emenda constitucional na comissão especial da Câmara, além das lutas das classes trabalhadoras contra o aviltamento de seus salários pelo plano de estabilização governamental. O aguçamento das oposições dentro do Exército, assim como dentro da liderança sindical, mostram a necessidade que tem o esquema janguista de se reestruturar para enfrentar as reformas de base.

Não se trata, para Jango, é

claro, de formar um dispositivo capaz de derrotar definitivamente a reação conservadora e impor as transformações radicais exigidas pela situação. E não se trata disso porque o seu poder — que é o poder do centro burguês — se fundamenta na aliança com a direita e na luta contra a ascensão e liderança do proletariado. Por isso as lutas internas dentro do governo têm terminado invariavelmente por uma conciliação entre os reformistas e os conservadores.

A CRISE DE ABRIL

Derrotando em setembro último

os setores mais direitistas e garantindo-se a cobertura de setores populares, o governo do sr. João Goulart logrou uma trégua política. Essa trégua, o Governo a utilizou para ultimar as medidas institucionais de auto-refôrço (retorno ao presidencialismo) e dar os últimos retoques ao plano de ação da burguesia (Plano Trienal).

O Governo jogava com a possibilidade de que não transcorreria período inferior a seis meses antes que a estabilização financeira se revelasse intolerável para os trabalhadores e a pequena burguesia. Nesse prazo, esperava:

a) consolidar o apoio das forças burguesas e imperialistas em que se sustenta;

b) limitar a área de atrito com o setor latifundiário-mercantil, compensando a decretação de medidas de reforma agrária com uma política de exportação bem sucedida;

c) retirar às esquerdas a liderança das massas, transferindo-a para aquele a quem o sr. Goulart confiara essa tarefa — o sr. Leonel Brizola; e d) desmoralizar o regime, mediante a pregação "revolucionária" de Brizola. Com essas providências e no momento em que a crise econômica resultante da política de estabilização alcançasse seu ponto mais alto, Jango estaria preparado para a implantação de um governo de tipo bonapartista..

A primeira semana de abril veio alterar radicalmente esse quadro, o que já se poderia prever

quando o ministro da Fazenda admitiu que a recessão econômica antecipara efeitos só esperados a partir de junho. A crise político-militar então deflagrada refletiu o movimento das diferentes forças políticas para ajustar-se à nova situação. Iniciada com uma ofensiva, da direita, a crise desdobrou-se com a mobilização da esquerda e tornou-se aguda quando o sr. João Goulart procurou manobrar sozinho. Tentando isolar os setores mais agressivos do seu "dispositivo de esquerda" (notadamente o PCB) e mobilizar diretamente as massas para o comício do Largo do Machado, Jango despertou receios nos seus setores de direita e esquerda, que sentiram no ar o cheiro do golpe. A tentativa da direita de tomar as rédeas — com o ministro da Guerra ameaçando "carbonizar os extremismos" — e a ação da esquerda frustrando o comício, forçaram o recuo presidencial. A acomodação final (mas insegura e precária) entre Kruegel e Osvaldo fixou a correlação de forças em novo equilíbrio.

O CARÁTER DA CONCILIAÇÃO

A grande resistência que o setor latifundiário-exportador oferece às reformas na estrutura agrária e nas condições de comércio exportador põem em evidência um choque agudo contra a burguesia reformista. Por isso, para levar a cabo uma revisão agrária assim como uma "resistência temporária" ao FMI (como disse mesmo o ministro San Thiago Dantas), o governo terá de contar com o apoio da esquerda.

Mas se o governo não pode, hoje, atender às reivindicações de

liberalização do comércio externo e desvalorização do cruzeiro, a curto prazo, entretanto, isto se tornará interessante à própria burguesia industrial. Porque, à medida que avançar o processo da crise econômica, com a queda progressiva do poder aquisitivo das massas e a conseqüente restrição do mercado interno, não restará à burguesia outra alternativa senão o mercado internacional — que é também a fonte das divisas necessárias ao êxito da estabilização. Essa situação já é real para a indústria automobilística; será geral amanhã para toda a grande indústria brasileira. Nesse momento, essa indústria reclamará em coro precisamente a liberalização do mercado externo (a fim de que se possa dispor das divisas obtidas) e a desvalorização da moeda (a fim de tornar seus produtos mais competitivos).

Quanto à reforma agrária, também desde já a burguesia prepara o terreno para a conciliação, e que pode ser expressa no encaminhamento da reforma constitucional, com revalorizações dos títulos a serem pagos nas desapropriações.

Há, portanto, um prazo para que sejam superadas as contradições mais graves entre a burguesia industrial e o setor latifundiário-mercantil. É nesse prazo que o apoio da esquerda é necessário ao Governo. O sr. Goulart só representa qualquer coisa para a burguesia na medida em que lhe garante o controle das massas. Até hoje, dispôs realmente desse controle, mas através das organizações sindicais e políticas que o apoiaram. O problema agora é livrar-se desses intermediários ou torná-los totalmente dependentes de sua pessoa; para isso trabalha Brizola

na Frente de Mobilização Popular e para isso a ação em duas frentes no meio sindical, através de Almino e de Crockatt.

NOSSAS TAREFAS

Os fatos apontam, pois, um aguçamento da contradição entre a classe operária e a burguesia, quer quando revelam a conciliação entre a burguesia industrial e o setor latifundiário-mercantil, quer quando indicam um agravamento da crise econômica, do desemprego, da deterioração do padrão de vida das massas. É evidente, porém, que sem um esforço para intensificar a consciência que a classe operária vai adquirindo desse processo, estaremos arriscando a ver a burguesia substituir seus líderes desgastados por outros mais rentáveis.

A evolução dos acontecimentos está mostrando que a luta se trava, em definitivo, entre a burguesia e os trabalhadores. Sobre estes, buscam apoiar-se setores minoritários da burguesia e a generalidade da pequena burguesia, visando a modificar aspectos do plano do Governo. Não há porquê recusar ações conjuntas ocasionais com essas forças; mas o problema fundamental é centrar a luta sobre a classe operária, é deflagrar uma verdadeira luta de classes. Aos que temem que isso sirva aos interesses da reação, lembraremos que a conjunção entre esta e a burguesia é inevitável — a menos que a burguesia seja forçada, pela pressão da luta de classes, a soluções tão radicais neste momento que só possam efetivar-se, não mais por uma derrota parcial da direita, mas através de sua liquidação.

Do ponto de vista das relações com as classes que podem auxiliar os trabalhadores na sua luta, ou

que lhes podem ser úteis, a questão é inverter os termos em que se fez até hoje a sua colaboração; não mais auxiliá-las a pressionar o Governo para obter concessões a seus interesses específicos, mas forçá-las a se definir frente ao antagonismo que opõe a classe operária à burguesia e ao seu Governo. A luta de classes levará as contradições internas do Governo e do esquema social que apoia a burguesia à ruptura. E essa ruptura marcará o Brasil. Temos de encarar essa tarefa nos quadros de uma frente de esquerda de caráter amplo, e para isso teremos que atrair, às nossas posições, os setores da esquerda que hesitam ou se equivocam em sua ação política. Dispomos de duas armas: a primeira é nossa presença constante no seio de todas as formações de que participarem grupos ou organizações de esquerda, onde deveremos intensificar o debate ideológico, difundir nossas teses e análises, exercer o proselitismo direto; a segunda é a ação prática junto às massas, com o objetivo de: a) orientar as massas para a consciência de seus interesses e b) demonstrar aos setores hesitantes ou equivocados da esquerda que a atuação revolucionária não isola, não sectariza, e, antes, constitui o único caminho real para mobilizar os trabalhadores .

A intensificação de nossa prática coloca, em primeiro plano, a formação da Frente da Esquerda Revolucionária, que nos permitirá realizar os dois objetivos apontados. Para ela devem convergir nossos esforços, conscientes que estamos de que os fatos estão dando razão a nossas teses, ao mostrarem, objetivamente, a falácia da "frente única" com a burguesia..

POR UMA FRENTE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

O documento abaixo transcrito e que já foi distribuído separadamente por "Política Operária", tem sua publicação merecida pela grande importância de que hoje se reveste a tarefa das forças de esquerda independentemente da tutela burguesa. A todos os setores que se propõem à transformação revolucionária do Brasil, no caminho do socialismo, "Política Operária" oferece para a discussão esta plataforma para uma luta em comum.

1. No dia 6 de janeiro, o povo brasileiro foi chamado às urnas para restabelecer o presidencialismo, que deveria, de acordo com a propaganda governamental, trazer a solução aos problemas do país. A atuação do Governo que resultou do plebiscito está, porém, mostrando uma vez mais às classes trabalhadoras que nada têm a esperar deste regime latifundiário-burguês. O plano de estabilização financeira, com que se pretende reduzir o ritmo da inflação, é uma nova carga para o povo e corresponde, na realidade, a mais um expediente de que lançam mão as classes dominantes para desvalorizar o já minguado salário dos trabalhadores. Essa desvalorização, que se obtinha ontem pela inflação, passa, agora, a se realizar mediante a contenção das reivindicações salariais, o encarecimento dos serviços públicos, o agravamento da carga representada pelos impostos. No final das contas, a burguesia espera arrebatado aos trabalhadores a sempre polpuda mais-valia, que vai encher o bolso dos seus magnatas, dos latifundiários parasitas e dos trustes imperialistas enquistados na soberania nacional.

2. Enquanto modificam os métodos de exploração a que sub-

metem os trabalhadores, a burguesia e seu governo dão mais um passo para atrelar a nação ao imperialismo norte-americano. Não lhes basta ceder às imposições extorsivas de Washington, como no caso da encampação das concessionárias de energia elétrica. Vão mais longe: querem, ao preço de alguns dólares e de pesadas concessões, tornar o Brasil ainda mais dependente da alta finança norte-americana e do Fundo Monetário Internacional. Neste sentido, mendigam reescalamentos e novos empréstimos, assim como humilhantes favores desse cavalo de Tróia que é a "Aliança para o progresso" — que não tem, para o imperialismo norte-americano, outra finalidade que a de reforçar sua dominação sobre os países da América Latina e subornar seus governos para uma covarde agressão contra Cuba Socialista.

3. Para mistificar a massa quanto ao verdadeiro conteúdo de sua política antipopular e antinacional, o governo do sr. João Goulart promete a realização de profundas reformas na estrutura econômica e social do país. Dá, assim, novos argumentos à camarilha de falsos nacionalistas que o cerca, e conquista o apoio das correntes reformistas

da esquerda, que, em clara demonstração de oportunismo, se unem ao coro dos "reformadores" burgueses e se associam à sua campanha de mistificação das massas. Colocam-se, pois, esses reformistas, a serviço de um Governo cuja atuação diária é uma traição contínua aos interesses dos trabalhadores, e contribuem para dificultar o avanço da consciência de classe do proletariado e da sua constituição em força revolucionária — condição indispensável para que se transforme realmente a estrutura econômica e social do país.

4. Os setores da esquerda que estão de fato comprometidos com a causa dos trabalhadores brasileiros, que se mantêm fiéis à tradição revolucionária do marxismo-leninismo e que lutam por um Brasil Socialista não podem permanecer indiferentes a esses fatos. Não podem consentir que o povo continue entregue à pilhagem das classes dominantes, sem procurar levantá-los contra o sistema de exploração e de opressão que o esmaga. Estão por isso obrigados a unir suas forças em uma ação comum, combatendo ao lado dos trabalhadores contra a exploração capitalista e abrindo-lhes a perspectiva de uma transformação radical da sociedade brasileira, cuja realização só poderá ser obra deles próprios. É intensificando a luta das massas e imprimindo-lhe um caráter de classe que prepararemos o terreno para um Governo revolucionário dos trabalhadores e faremos avançar a luta pelo socialismo no Brasil.

5. Uma tal tarefa só poderá cumprir-se mediante estreita colaboração das vanguardas revolucionárias e através de um programa de reivindicações concretas, capa-

zes de mobilizar as massas. *A formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária, à base de um programa de ação amadurecido em ampla discussão* — eis a proposta que fazemos a todos os grupos e companheiros que se dispõem, de fato, a lutar por um Brasil revolucionário e independente. Neste sentido, sugerimos, como base para as discussões, a seguinte plataforma de luta:

A. *Custo de vida:*

- a) Combate aos especuladores de gêneros na cidade e no campo mediante confisco de estoques, aplicação de medidas de exceção, etc, e liquidação do latifúndio;
- b) Controle dos lucros dos fabricantes de artigos de primeira necessidade (roupas, remédios, alimentos), por Comitês de Empresa, e controle de preços por Comitês Populares;
- c) Reforma urbana, compreendendo a encampação das grandes propriedades e sociedades imobiliárias, congelamento dos aluguéis, prioridade para a construção de habitações populares, extensão dos serviços públicos (água, esgoto, energia, transportes) às favelas e bairros populares;
- d) Escala móvel de salários, à base do salário real, estabelecido pelos organismos dos trabalhadores e revisado anualmente, com reajustamentos trimestrais; salário família e profissional; seguro contra desemprego; contrato coletivo de trabalho em data coincidente para todas as categorias em plano nacional,

B. *Autonomia e liberdade sindical:*

- a) Dissolução do Fundo Sindical e da Comissão de Enquadramento; abolição do direito de intervenção, de reconhecimento e de dissolução dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como do controle financeiro, que o Ministério exerce através do Banco do Brasil;
- b) Direito de greve sem restrições.

C. *Reivindicações camponesas:*

- a) Expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega da terra aos camponeses ;
- b) Sindicalização com plena independência em relação ao Ministério do Trabalho; aplicação imediata do Estatuto Rural, com as correções necessárias;
- c) Organização dos camponeses para defesa contra a repressão policial e militar.

D. *Liberdades políticas:*

Reforma da lei eleitoral, que inclua voto para analfabetos e praças de pré, e elegibilidade dos sargentos; legenda para independentes sem restrições; livre registro para todos os partidos que se constituam.

E. *Educação:*

Reforma do ensino, que volte a

educação para as necessidades populares e a torne gratuita em todos os níveis, sem discriminações de classe ou raciais; proíba a destinação de verbas do Estado para os estabelecimentos particulares e fortaleça a escola pública; e amplie a rede das escolas profissionais.

F. *Luta antiimperialista:*

- a) Bloqueio das remessas de capitais, royalties e juros;
- b) Suspensão do pagamento da dívida externa;
- c) Encampação sem indenização das empresas estrangeiras;
- d) Co-gestão operária nas empresas nacionalizadas.

G. *Política externa:*

- a) Denúncia dos tratados interamericanos e do Acordo Militar Brasil-EUA;
- b) Defesa incondicional de Cuba Socialista;
- c) Denúncia da repressão imperialista, através da OEA, aos movimentos revolucionários latino-americanos;
- d) Apoio irrestrito aos movimentos de libertação colonial e ant imperialistas, especialmente à Revolução venezuelana ;
- e) Reconhecimento da China e da Alemanha Oriental e luta por sua admissão na ONU.

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA OPERÁRIA

Reunidos em seu II Congresso nacional, os delegados da *Organização Revolucionária Marxista — POLÍTICA OPERÁRIA* traçaram as diretrizes de sua atuação, que visam a desenvolver e aprofundar na esquerda a linha revolucionária que a Organização representa.

Considera esta que as condições objetivas do país exigem a denúncia da política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas, que atrela os trabalhadores ao carro da burguesia, submete-os sem defesa à opressão do Estado latifundiário-burguês e impede que o Brasil se liberte do jugo imperialista. Como alternativa a essa orientação, que não corresponde aos interesses do proletariado, POLÍTICA OPERÁRIA propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país.

Somente tal frente de classe tem condições para levar a efeito uma luta consequente contra o regime em que se apoiam os representantes do capital nacional e estrangeiro, na exploração a que submetem as massas, e para substituí-lo por um Governo revolucionário dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores brasileiros é, na realidade, e acima de tudo, uma luta política, sendo, pois, necessário que se contraponha, à política de exploração das classes dominantes, uma política operária independente, sob cuja bandeira virão alinhar-se tôdas as classes oprimidas, a fim de lançar as bases de um Brasil Socialista.

Uma política operária para o Brasil — esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um Partido revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organicamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e das pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe — e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido.

Ao traçar as diretrizes de sua atuação, a Organização visa a contribuir para que se formule a política operária que a situação do país exige, e conclama todas as forças da esquerda para, em frente única, fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

S i t u a ç ã o

N a c i o n a l

1 — Os acontecimentos que marcaram a vida política, nos dois últimos anos, resultaram de uma crise de crescimento do sistema capitalista brasileiro, num quadro de decadência do sistema imperialista mundial. A incapacidade demonstrada pelas esquerdas para analisar corretamente essa crise gerou a ilusão de uma insurreição iminente, que a burguesia explorou a fim de manter sob seu controle as transformações em curso. Deixando de determinar as tarefas que colocava o momento histórico — quer no plano de ação de massas, quer no da organização revolucionária — as esquerdas tornaram-se presa fácil de tendências aventureiras e oportunistas e não tiveram condições para assumir a liderança do processo.

2 — A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial. Caracteriza-se, de um lado, pelo desajustamento entre a necessidade de mercados e divisas, que experimenta a burguesia, e a atual estrutura do sistema de produção

e de trocas; e de outro lado, pelo esgotamento da inflação como instrumento capaz de promover a acumulação de capital e, portanto, de manter o ritmo de industrialização.

3 — A expansão capitalista, que ora chega a um ponto de estrangulamento, correspondeu ao período de implantação da indústria de base no país. Nesta fase, assistiu-se ao reforçamento da burguesia industrial paulista, que passou a gozar de supremacia absoluta dentro da classe dominante e procurou exprimir essa situação no plano político. Neste sentido, foi levada a propor a revisão do compromisso de dominação que mantém com os setores latifundiários e mercantis, assim como a reivindicar novo esquema de relações com o imperialismo norte-americano, visando a melhorar suas condições de parceria.

4 — O processamento dessa revisão — confiada ao Governo Jânio Quadros, que a concretizou ao lançar sua política financeira e ao dar início, com a política externa, às reformas estruturais reclamadas — desencadeou a reação dos demais setores dominantes, conduzindo às crises políticas abertas em

agosto de 1961. Tais crises contribuíram para radicalizar as massas urbanas, que vinham sofrendo os efeitos da política inflacionária praticada pela burguesia e dos primeiros sintomas do declínio da expansão econômica, que se esboçam a partir de 1959. A intervenção das massas no processo político forçou o recuo da classe dominante, que, com a emenda parlamentarista, procurou pôr fim à crise, sem lograr, todavia, superar suas contradições internas.

5 — A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução cubana estimularam, em largos setores da esquerda, as tendências aventureiras, fazendo-as descuidar das tarefas de organização das massas que o momento colocava. Dessa maneira, enquanto as massas eram lançadas a sucessivas demonstrações de força — que, além da euforia de vitória, pouco deixavam de concreto no plano organizativo — setores da esquerda preocupavam-se exclusivamente com as formas ilegais de luta, desviando para isso quadros e recursos do movimento revolucionário. O resultado da greve pelo 13.º mês, em São Paulo, provocando uma depressão no movimento de massas, abalaria fortemente as tendências aventureiras no meio urbano, embora não impedisse que continuassem em progressão, por algum tempo ainda, no movimento camponês.

6 — Confiante de novo em suas forças, em face do êxito da repressão à greve de São Paulo, a burguesia industrial dispôs-se a reabrir a crise política, o que fez através do discurso do sr. João Goulart, em Santos, a 1.º de maio. A derrota do aventureirismo no meio urbano restabeleceu a linha tradicional do reformismo, que marchou para o alinhamento com a

burguesia, na luta contra a reação. Atrélado ao carro do Governo o aparelho sindical, lado a lado com o dispositivo militar, prepararam-se os oportunistas para as batalhas burguesas e, sob o slogan "Gabinete nacionalista e democrático", partiram para a greve política de 5 de junho.

7 — O pânico instalado nos arraiais da reação, com a greve política, e o receio do próprio Governo, ante a dificuldade experimentada para refreá-la, fizeram com que à simples ameaça de greve, a 14 de setembro, a classe dominante encerrasse sua crise aguda, com a antecipação do plebiscito. A esquerda reformista, abandonada a meio caminho, não pôde sequer protestar contra o desprezo manifestado pelo Governo às suas reivindicações, desprezo que se patenteou quando a facção parlamentar governista rejeitou, na Câmara, a Emenda Oliveira Brito. O resultado das eleições de outubro e a impotência popular na questão do bloqueio de Cuba confirmaram, definitivamente, o reforçamento da burguesia e a queda que se registrava no movimento urbano de massas.

8 — Estribada na nova correlação de forças, a burguesia industrial cerra, agora, fileiras em torno do Governo e instaura a "política de autoridade", com que espera concretizar os objetivos frustrados pela renúncia do sr. Jânio Quadros. À racionalização dos investimentos e à execução das "reformas de base", soma-se, em seus planos, uma estabilidade financeira que lhe assegure margem estável de lucros, complementando-se a jogada com a reaproximação a ser tentada com

o imperialismo norte-americano, em busca de novos afluxos de dólares. Assim agindo, atém-se a burguesia a seus interesses de classe, que lhe impõem uma revisão geral da estrutura econômica, e à necessidade de enfrentar a queda da expansão capitalista.

9 — A esquerda revolucionária, enfrentando embora um refluxo temporário do movimento de massas, provocado principalmente pelos sacrifícios que a inflação impôs e pela decepção de uma política reformista, possui um grande trunfo para pôr em xeque o plano de ação da burguesia e que é o agravamento das condições de vida, que vai resultar da crise econômica e da política de estabilização; esse agravamento não poderá, com efeito, ser disfarçado por aumentos nominais de salário nem pelo recurso indiscriminado às subvenções públicas, que caracterizaram o período inflacionário — o que colocará as massas em frontal antagonismo com a política de sacrifícios que a burguesia lhes quer impor. Conta, ainda, com o fato novo que representou o surgimento, ao lado da POLOP, de grupamentos revolucionários como o PC do Brasil e o grupo rebelde do MRT. Pode, finalmente, valer-se do considerável avanço que, malgrado os erros cometidos, se operou na consciência das massas, assim como do descontentamento que o reformismo provocou nas bases dos sindicatos e do PC Brasileiro.

10 — Para desempenhar corretamente seu papel, a esquerda deve libertar-se das ilusões que a dominaram até agora e fazer frente às tendências oportunistas e aventureiras que nela se desenvolveram. A fase que atravessamos exige, prioritariamente, a interpretação científica das condições em que se desenvolve a luta de classes; a propaganda e a agitação revolucionárias no seio das massas; e a organização destas em uma frente de classes, suporte de um autêntico Partido revolucionário — Partido que não constitui tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas o resultado de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças. O atual refluxo do movimento de massas supõe que tais tarefas sejam cumpridas com a consciência de que seus frutos só serão colhidos a longo prazo e determina que, em seu trabalho de massa, as esquerdas desenvolvam atividades constantes e persistentes, articuladas porém em um plano sistemático.

Da correta compreensão de nossas tarefas e da dedicação de que dermos prova ao executá-las, depende a possibilidade de que, ao entrar em nova fase ascensional, esteja o movimento de massas suficientemente consciente e organizado para fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista.

Situação Internacional

1 — A crise geral do sistema imperialista na presente fase histórica se deve: à expansão e ao fortalecimento do campo socialista, à saturação do mercado capitalista que se agrava com o desenvolvimento dos meios de produção em geral, e aos movimentos revolucionários que acompanham a crise colonial.

2 — O fortalecimento do campo socialista é expresso pelo seu grande desenvolvimento econômico, cujo ritmo de crescimento ultrapassa de muito os índices das nações capitalistas, e pela passagem revolucionária de novas nações para o socialismo. Ademais, causado por esse fortalecimento, parece ganhar novo impulso o processo de superação dos sistemas burocráticos, que até aqui têm barrado um maior desenvolvimento das forças criadoras do socialismo.

3 — O crescente desenvolvimento da produção capitalista, acelerado depois da última guerra, choca-se hoje com os limites impostos pela restrição do mercado, devida ao baixo consumo das áreas dependentes, além da passagem de outras áreas para o campo socialista .

4 — O processo de integração

5 econômica dos países imperialistas apresenta-se, em sua forma mais desenvolvida, na criação do Mercado Comum Europeu. O surgimento deste deve-se, de um lado, à necessidade de conter dentro de certos limites a hegemonia incontestada dos Estados Unidos dentro do bloco imperialista e, por outro, superar os entraves que os limites nacionais opõem à expansão das forças produtivas. Isto levando-se em conta que a solução imperialista clássica, de exportação indiscriminada de capitais para as regiões subdesenvolvidas, choca-se com a já mencionada hegemonia norte-americana e com a crescente escassez de zonas importadoras de capitais ainda não exploradas. Por seu próprio caráter de luta por mercados, esse processo de integração não é feito sem atritos — vide os obstáculos à entrada da Inglaterra no MEC, o descontentamento da América Latina etc, — atritos estes que tendem a agravar-se, na medida em que se faz sentir a saturação do mercado capitalista mundial. A crescente expansão e o fortalecimento do mundo socialista e a decorrente ameaça ao velho sistema capitalista tornam hoje impraticável nova guerra interimperialista.

5 - O ponto crítico do imperialismo é justamente sua zona de maior exploração: a região subdesenvolvida, que é marginal ao grande desenvolvimento capitalista. Aí, o movimento revolucionário torna-se mais forte e entrava, por isso, a realização de um desenvolvimento pacífico do capitalismo interno, por sua vez com perspectivas limitadas em virtude do seu aparecimento tardio.

6 — Os prenúncios de depressão na economia norte-americana e o desenvolvimento do campo socialista deixam latente o perigo de uma guerra mundial. Não mais, como no passado, de uma guerra interimperialista, em que de ambos os lados se situavam estados maiores do capitalismo, mas sim de uma guerra entre o imperialismo e os Estados em que se constrói o socialismo. O caráter dessa guerra será, pois, radicalmente diverso dos anteriores, será um choque mundial entre o velho sistema capitalista e uma nova sociedade socialista.

7 — O proletariado mundial tem todo interesse em que semelhante guerra mundial, liderada, de um lado pelos Estados Unidos e de outro pela União Soviética, seja adiada. Quanto mais tempo se ganhar, mais forte se tornará o o campo socialista e mais evidente serão as contradições não solucionadas da sociedade capitalista, que levarão a novas crises econômicas e sociais. Isto, todavia, não nos

converte em porta-vozes de um imaginário desenvolvimento pacífico. O que o argumento diplomático da "coexistência pacífica" pode pretender é evitar ou adiar a eclosão de uma guerra mundial. A "coexistência pacífica" é válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. Neste sistema, existe uma luta de classes latente, que se torna aguda e violenta nas horas de crise ou de situações revolucionárias. Por isso mesmo, o empenho pela "coexistência pacífica" entre os Estados, quando se torna, dentro de um país, em uma coexistência entre classes, volta-se contra si mesmo, na medida em que fortalece um sistema social que é, precisamente, o fato que gera a ameaça de guerra.

8 — As principais perspectivas revolucionárias se colocam, pois, presentemente, para os países capitalistas retardatários. Nestes, a necessidade de reformas capitalistas para a expansão do mercado choca-se, por um lado, com a resistência expressa, no próprio seio das classes dominantes, por aqueles setores ligados à exploração colonial, e por outro, com a existência de movimentos revolucionários capazes de acelerar o processo no caminho da passagem ao socialismo. Daí a importância, hoje, da existência e agressividade dos partidos revolucionários para aproveitar a crise colonial do imperialismo, como alternativa à consolidação pacífica do sistema capitalista .

M o v i m e n t o

O p e r á r i o

1 — O desenvolvimento industrial das últimas décadas criou no Brasil um proletariado composto de mais de três milhões de pessoas, que representa uma força material definida nas relações de classe do país; contudo a força material dos operários não corresponde a uma força política equivalente, em virtude do pouco amadurecimento da sua consciência de classe.

Este manifesta-se pelo predomínio dos vários matizes da ideologia burguesa no seio do proletariado, que restringe as suas manifestações de classe praticamente a meras reivindicações econômicas, enquanto seguem, na luta política, as diversas facções da burguesia nacional. O processo de formação política do proletariado brasileiro, ou, como disse Marx, o da transformação de uma classe "em si" "para si", não terminou ainda. A libertação da classe operária da tutela ideológica da classe dominante, isto é, o despertar da consciência do seu papel social e político, continua, pois, a ser a tarefa principal de uma vanguarda revolucionária no país.

2 — O que dá uma consciência política definida e própria ao pro-

letariado é um partido revolucionário de classe. Este não surge pronto e acabado, mas já é um produto da penetração das ideias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais. O partido aparece como resultado de um contínuo e persistente trabalho de denúncias do antagonismo de classe da sociedade burguesa e de uma consciente obra de educação socialista das massas.

No caso concreto do proletariado brasileiro, esse trabalho educativo das massas operárias, já realizado no passado, foi retardado pela orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda há duas décadas, período em que uma geração de novos operários industriais ficou submetida à influência quase unilateral das mais diversas teorias de colaboração de classe com a burguesia nacional. A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a POLOP, em tais circunstâncias, consiste na cooperação com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa

Frente Revolucionária de Esquerda, e orientar a luta comum no sentido de opor à "frente única com a burguesia nacional" uma Frente "Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo", como palavras de ordem de um futuro movimento de massa de caráter de classe.

3 — A atual estrutura sindical, o domínio dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a Legislação Sindical em vigor, elaborados ainda durante o Estado Novo, refletem essa situação objetiva da classe operária. Embora o movimento sindical tenha apresentado um marcante progresso durante os últimos anos, que se caracterizou pela formação de federações e confederações sindicais e, há pouco, do Comando Geral dos Trabalhadores — que representa um passo em direção à indispensável criação de uma Central Sindical Brasileira — o problema fundamental — o da constituição sindical, da libertação dos sindicatos do controle do Ministério do Trabalho — não está sequer colocado pelos reformistas. Considerando que a completa liberdade e autonomia sindical é parte indispensável da luta pela independência da classe operária, propomos o seguinte programa de reivindicações imediatas, neste terreno:

- 1) abolição do Fundo Sindical e transferência de todas as arrecadações para os cofres dos sindicatos, federações e confederações, em proporções a serem fixadas pela Central Sindical;
- 2) abolição do controle das verbas sindicais pelo Ministério do Trabalho, através do Banco do Brasil. A administração das verbas sindicais é assunto das próprias organizações, sindicais;
- 3) abolição da Comissão de Enquadramento Sindical. O enquadramento dos ramos profissionais e industriais é de competência das organizações sindicais;
- 4) abolição do Estatuto Padrão, elaborado pelo Ministério do Trabalho. Os estatutos sindicais devem ser elaborados pelas entidades dos trabalhadores;
- 5) abolição do poder de reconhecimento e de dissolução das organizações sindicais pelo Ministério do Trabalho. Esse poder deve ficar exclusivamente a cargo das federações, confederações e da Central Sindical;
- 6) revogação do Decreto 9070. Pela defesa do direito de greve ilimitado.

4 — O problema mais agudo que se coloca na mobilização do proletariado como classe independente é a defesa das suas conquistas materiais, isto é, a luta contra a carestia. No fundo, tal problema se resume na questão de saber quem paga o preço do desenvolvimento industrial do país. O recurso já tradicional da burguesia nacional, usado para lançar o ônus da expansão capitalista nos ombros dos trabalhadores, é a inflação, que garante uma desvalorização permanente dos salários reais, anula periodicamente as conquistas salariais e permite um correspondente aumento periódico do lucro médio. Em virtude do desenrolar da situação econômica geral, externa e interna, este recurso esgotou as

suas possibilidades e a burguesia volta-se para os planos de estabilização monetária, como se vê agora no chamado Plano Trienal. Do mesmo modo que a inflação, os planos de estabilização visam aumentar a parte da burguesia na renda nacional à custa da classe operária. É uma luta de classe contra classe e como tal tem de ser travada. Propomos as seguintes reivindicações imediatas, neste campo:

- 1) escala móvel de salários à base do salário real;
- 2) regulamentação do salário profissional e do abono-família;
- 3) formação de Comitês Populares de Luta contra a Carestia, nas fábricas e nos bairros, entre as donas de casa e consumidores em geral. Promoção da fiscalização dos estoques de gêneros alimentícios e outras medidas que desmascarem o caráter de classe do Estado ;
- 4) coordenação dos sindicatos e das massas não organizadas dos bairros na luta contra a carestia.

5 — A situação objetiva dos sindicatos — que, de um lado, estão amarrados ainda pelo Ministério do Trabalho e, de outro, só abrangem organicamente parte do proletariado industrial do país — coloca na ordem do dia o problema da formação de Comitês de Empresa. Formados nos locais de trabalho, devem representar tanto os operários organizados como os não organizados, e incluir, sempre que possível, uma representação oficial sindical. Os Comitês de Em-

presa não podem substituir o trabalho sindical propriamente dito, mas são um elo necessário, num certo grau de desenvolvimento do proletariado, para uma efetiva organização de toda a classe nos locais de produção. No nosso caso, terão papel importante na luta comum pela liberdade e autonomia sindical e pelo fortalecimento do movimento operário autêntico pela base.

6 — Parte indispensável da formação de uma classe independente é a luta antiimperialista consequente. Trata-se, por um lado, das tentativas do imperialismo para penetrar no movimento operário latino-americano, através da ORIT, que têm de ser combatidas como infiltração direta da contra-revolução imperialista. Mas se impõe, igualmente, a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar "alianças" entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente antiimperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois: espalham ilusões acerca de classes e camadas sociais ligadas a longo prazo ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes da mais-valia, tiram à luta antiimperialista o seu caráter de classe. Neste terreno, propomos as seguintes reivindicações:

- 1) bloqueio total de remessas de lucros, royalties e capitais para fora do país;
- 2) suspensão do pagamento da dívida externa;

3) encampação sem indenizações das empresas imperialistas .

Parte integrante da luta anti-imperialista das massas exploradas do Continente é o esforço em prol da criação de uma Central Sindical Latino-Americana.

7 — A Revolução Cubana é, hoje, o defensor mais consequente dos interesses vitais dos operários e camponeses do Continente e, por sua vez, necessita mais do que nunca do apoio ativo dessas classes, para resistir à ofensiva latente do imperialismo e da burguesia latino-americana.

Para a mobilização dessas massas a favor da defesa militante da Revolução cubana, não basta mais falar em "autodeterminação", "defesa dos fracos", ou "coexistência pacífica no Hemisfério". É necessário,

antes de tudo, despertar a consciência de classe do proletariado, mostrando que a Revolução realizou objetivos comuns, expropriando uma classe dominante e dando o primeiro passo para a transformação socialista da América Latina. A luta do imperialismo contra a Revolução cubana não é mais do que uma luta pela conservação do direito de exploração das vastas massas latino-americanas pelo capital financeiro internacional.

A pregação do verdadeiro caráter da Revolução cubana, isto é, do caráter de classe do novo regime criado, é um dos fatores mais poderosos para a formação de um proletariado brasileiro independente, que constitui a única força consequente com que Cuba poderá contar para a sua defesa entre nós.

Movimento Camponês

1. O desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo levaram ao rompimento das relações de produção aí existentes e engendraram um movimento espontâneo de massas, que se mobilizou, até agora, sob duas orientações: a das Ligas Camponesas, que realizaram um trabalho essencialmente agitativo à base de palavras de ordem pequeno-burguesas, e a do Partido Comunista Brasileiro, que procurou dar-lhe uma

organização burocratizada e imprimirlhe a sua ideologia reformista.

2. A crise por que hoje passam as Ligas e o beco sem saída a que está chegando a organização camponesa do PCB indicam a existência de uma crise geral do movimento camponês, que só será superada na medida em que este ingresse em uma fase de efetiva organização interna, por meio da qual se mobilizem e enquadrem as grandes massas rurais, e marche,

superando o radicalismo e o reformismo pequeno-burgueses, para uma atuação revolucionária consequente. Tais devem ser, portanto, as diretrizes da POLOP, neste setor: organizar em novas bases o movimento camponês e abrir a perspectiva de uma solução real para os problemas do trabalhador do campo.

3. A tarefa de organizar o campesinato desdobra-se em dois níveis: a) o das *associações de massa*, onde, trabalhando juntamente com as demais forças de esquerda, tratará a POLOP de reestruturar e ampliar as associações, ligas e sindicatos no plano local, e orientar esses organismos para uma integração de tipo federativo, coroada por uma Confederação nacional; e b) o da *organização partidária*, onde lhe cabe criar condições no campo para o futuro Partido revolucionário, iniciando uma política sistemática de formação de quadros marxistas-leninistas e de politização das massas.

4. O objetivo do trabalho de agitação e organização das massas rurais é a *vinculação do movimento camponês ao movimento operário*, nos quadros de uma Central única, no plano sindical, e de uma frente de classe, no plano político, a fim de que os trabalhadores da cidade e do campo possam interferir, na vida nacional, como uma força solidária e independente. Este é o papel da vanguarda marxista-leninista que a POLOP se propõe criar no campo: orientar a organização de campesinato e imprimir à sua ação um caráter político, dando-lhe consciência de que sua sorte está indissoluvelmente ligada à da classe operária, na luta pela

derrubada do Estado latifundiário-burguês e pela instauração do Brasil Socialista.

5. Como marxistas, sabemos que somente o socialismo representa uma solução real para o campo no Brasil. Mas sabemos também que a revolução agrária socialista é uma meta que impõe, para sua efetivação, um duro processo de luta, dentro da qual teremos de levar em conta, em nossa ação diária, as reivindicações imediatas dos camponeses, mesmo quando estas ainda se contiverem nos marcos da sociedade existente. *Mobilizar o campesinato e ligar suas lutas às de classe operária* — este é o nosso objetivo concreto, e a eles subordinaremos as nossas táticas de ação no campo.

6 - Três fatores determinantes deverão orientar a formulação dessas táticas:

a) *propriedade monopolista da terra*, que neutraliza, nesta etapa da luta, os choques de interesses entre as camadas que compõem o campesinato e as leva a voltarem-se, num só bloco, contra o inimigo comum: a classe latifundiária. É evidente, porém, que o avanço do capitalismo no campo enfraquecerá os latifundiários e reforçará progressivamente as camadas médias e superiores do campesinato, além de ampliar a área de ação do capital financeiro aplicado à agricultura — o que terá como resultado acentuar o antagonismo latente que existe entre os camponeses pobres e assalariados rurais — de um lado — e a burguesia rural e urbana —

de outro. Torna-se, pois, necessário que, nesta etapa em que a luta no campo se processa nos quadros de uma frente única contra o latifúndio, procuremos assegurar a independência das forças que a compõem (notadamente através da organização dos assalariados em sindicatos próprios), a fim de que estejamos preparados para enfrentar, amanhã, as novas condições que o desenvolvimento capitalista engendrará ;

b) *o crescimento da massa de assalariados rurais*, que dá à classe operária a certeza de contar com um aliado consequente no seio do campesinato, capaz de integrar, em termos puramente de classe, uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as massas exploradas de todo o país;

c) *a deterioração crescente do sistema de abastecimento das cidades e a carestia da vida*, que traduzem a influência da

estrutura latifundiária no meio urbano e abrem caminho para um esforço de entrosagem das reivindicações operárias e camponesas em torno da reforma agrária.

7. Propomos, portanto, como reivindicações imediatas que orientem nosso trabalho no campo, os seguintes pontos:

- a) tomada de terras pelos camponeses;
- b) amplo, livre e democrático direito de organização, com plena garantia de sindicalização e de independência em relação ao Ministério do Trabalho;
- c) extensão da legislação trabalhista ao campo;
- d) modificação da Constituição federal, através da supressão do § 16 do art. 141, que estabelece indenização prévia e em dinheiro, nos casos de desapropriação por interesse social — o que converteria a reforma agrária em excelente negócio para a classe latifundiária.

PERSPECTIVAS DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Tese aprovada no II Congresso

Os acontecimentos que marcaram a vida política brasileira, nos últimos dois anos, traduziram uma crise de crescimento do sistema capitalista e exprimiram-se, assim, numa crise institucional, cujo desenlace ainda não se completou. Esse fato, aliado à incapacidade das esquerdas para compreender corretamente o processo que estavam vivendo, gerou a ilusão de uma insurreição iminente, alimentada subjetivamente pela maior parte dos grupos de vanguarda — ilusão essa que a burguesia explorou deliberadamente, a fim de manter sob seu controle as transformações em curso. Efetivamente, brandindo a ameaça da revolução, pôde a burguesia arrancar de seus setores mais reacionários as concessões que desejava, e submeter, pelo medo, os grupos mais recalcitrantes das classes médias. As forças de esquerda, por sua vez, excitadas pela ilusão insurrecional, deixaram de determinar as tarefas imediatas que o processo brasileiro colocava — quer no plano da ação de massas, quer no da organização revolucionária. Não tiveram, assim, condições para opor obstáculo às manobras da burguesia e fizeram com que a maior parte das oportunidades para seu próprio reforçamento se perdessem, dando, ainda, margem a que tomassem impulso em seu seio tendências como o oportunismo e o aventureirismo.

Ultrapassada a fase aguda da crise política, gerada pela crise de crescimento do sistema, o movimento ascendente da luta de massas, que lhe correspondeu, tende a refluir, tornando difícil a recuperação das oportunidades perdidas. É evidente, porém, que se trata aí de tendência transitória, pois, não havendo sido superada a crise estrutural, seu desenvolvimento irá abrindo novas possibilidades e colocando novas tarefas para o movimento revolucionário. Para que tais possibilidades e tarefas sejam corretamente aproveitadas e executadas, faz-se mister que analisemos o sentido do processo que estamos atravessando, critiquemos os erros cometidos no período anterior e determinemos os tipos de ação que a nova fase permite ou favorece.

I – A BURGUESIA PERANTE A CRISE DO SISTEMA

1. Ascensão e consolidação da burguesia no poder

Desenvolvendo-se a partir da segunda metade do século passado – notadamente sob o impulso da guerra do Paraguai – e encontrando, com a abolição, condições favoráveis para isso, a indústria manufatureira teria o seu crescimento acelerado por ação da guerra de 1914. Esta representa, com efeito, o principal fator que determina a transformação da média burguesia industrial em alta burguesia – processo que se estende até o período do Estado Novo, quando se observam as primeiras deslocções da atividade industrial do campo puramente manufatureiro para o setor base.

A ascensão da burguesia introduz um elemento de perturbação na estrutura agrária brasileira – fundamento econômico da dominação exercida pela oligarquia latifundiária, em caráter exclusivo, até 1930 – e se evidencia com violência crescente no curso da década de 20. O levante do forte de Copacabana, em 22, a revolução paulista, de 24; a marcha da coluna Prestes (outubro de 24 a fevereiro de 27); os levantes que se sucedem, nas Forças Armadas, ao longo de todo o período (guarnição de Mato Grosso, 3º RI do Rio de Janeiro, 21º BC de Recife, encouraçado São Paulo, guarnição do Amazonas) – tais fatos marcam a presença no país, de uma classe média cada vez mais inconformada com a precária participação política que o regime lhe facultava. É essa classe que

lidera ideológica, política e militarmente o processo revolucionário, através da tropa de choque constituída pelos “tenentes” e pelos intelectuais rebeldes (que se manifestaram, espetacularmente, na Semana de Arte Moderna, de 22, em São Paulo). O movimento se cindiria, mais tarde, em duas alas, aderindo uma ao proletariado emergente – pela união com o Partido Comunista, fundado em 22 – e outra aos setores reacionários da sociedade brasileira, pela constituição, em 32, do Movimento Integralista.

1930 marca o momento em que – valendo-se da brecha aberta entre os setores latifundiários de Minas e São Paulo, pelo episódio da sucessão presidencial – e do clima geral de alarma em que a crise mundial de 29 envolvera os países capitalistas, a burguesia brasileira vê coroados seus esforços, e chega finalmente ao poder. Essa proeza, ela realiza, porém, à frente de um complexo heterogêneo de forças – que vão do operariado ao setor latifundiário, passando pela baixa classe média das cidades e constantemente ameaçada pelos antigos grupos oligárquicos rurais, inconformados com a própria decadência política. Tal situação ensejará, nos anos posteriores, uma série de batalhas, em que a burguesia terá de enfrentar, sucessivamente, a contra-revolução latifundiária e imperialista (1932), a

ação desordenada da ala esquerda da classe média e do proletariado (1935) e a reação da ala direita da classe média e dos setores oligárquicos (1938) – esta última exprimindo já a decepção destes setores diante do Estado Novo, que lhes dera, de início, a ilusão de atender a seus interesses.

O golpe de 37 representa, nessa perspectiva, a solução bonapartista encontrada pela burguesia para garantir sua permanência no poder e para criar condições estáveis ao seu desenvolvimento. Provendo, simultaneamente, as reivindicações dos setores mais poderosos da oligarquia rural (vide política do café), da classe média urbana (racionalização administrativa, DASP), do operariado (legislação trabalhista), o Estado Novo tratou de forjar os instrumentos necessários ao atendimento dos interesses da burguesia, valendo-se da ambiguidade que as condições específicas e o próprio estágio de evolução econômica engendravam (duplo interesse de uma mesma política cambial para a burguesia e os latifundiários; da legislação sindical, para o proletariado e a burguesia, etc.). É dentro do bojo desse compromisso que a burguesia vai desenvolver e consolidar, até 1945, a indústria de base, colocar a seu serviço os instrumentos de crédito estatal e de política fazendária, e lançar as bases concretas para a revisão do compromisso, em período ulterior.

Tal período chega em 1951, num momento em que a conjuntura internacional proporcionava ampla margem de expansão dos negócios e em que o movimento de massas entrara em fase ascendente.

Criavam-se, assim, condições para que a burguesia viesse a reivindicar nova

As iniciativas do segundo Governo Vargas (como o revigoramento do Plano SALTE, a criação da Petrobrás) constituíam uma alteração no *status quo* latifundiário-burguês, na medida em que mobilizavam todo o sistema econômico para construir a infraestrutura necessária à implantação de uma indústria de base no país. Compreende-se, pois, que os grupos nacionais e estrangeiros vinculados à velha estrutura colonial e agrária se tenham levantado contra o governo, no Golpe de agosto (num momento em que já a expansão dos negócios se traduzia em violenta pressão inflacionária, concomitante à contração do mercado internacional), logo aparado pela burguesia, por intermédio do contragolpe de 11 de novembro.

A primeira revisão do compromisso de 37 inicia-se, pois, no segundo período Vargas e desenvolve-se ao longo do governo Kubitschek, influenciada, porém, pelas alterações que o Golpe de agosto lograra introduzir (das quais a mais expressiva foi a Instrução 113, que concedia privilégios especiais ao capital estrangeiro). Tal revisão consistiu, basicamente, em arrogar-se à burguesia o direito de mobilizar as disponibilidades internas e externas do sistema para a implantação da indústria de base, sem prejuízo dos privilégios concedidos aos latifundiários e grupos comerciais nacionais e estrangeiros vinculados à exportação. A consequência prática de tal política foi o extraordinário reforçamento da burguesia industrial e financeira e o estreitamento de seus laços com o capital estrangeiro de novo tipo, comprometido com o desenvolvimento industrial do país. A revisão do Compromisso de 37, em caráter muito mais radical, delegando

sua concretização ao Presidente Jânio Quadros

2. As grandes linhas do Governo Jânio Quadros

A Instrução 113, baixada no Governo Café Filho e conservada no período presidencial subsequente, traduzindo, embora, uma odiosa imposição do capital estrangeiro e levando ao enfraquecimento das posições ocupadas pelo capital nacional, terminara por converter-se, nas mãos deste, em instrumento capaz de atender às suas necessidades. Desde o momento, com efeito, em que a capacidade para importar (consequentemente, a de adquirir os bens de capital destinados à montagem do parque industrial) alcança o seu ponto-limite — tendência que, sobrevinda por volta de 1949, e contornada com o *boom* internacional provocado pela guerra da Coreia, firma-se definitivamente em 1953-54 — impunha-se medidas que ampliassem essa capacidade. Todavia, as medidas realmente capazes de assegurar a superação do ponto de estrangulamento a que chegara o comércio exterior — isto é, a conquista de novos mercados e a diversificação das exportações — eram dificultadas pela situação política interna, gerada pelas crises de 54 e 55, e pela intransigência dos Estados Unidos em permitir qualquer abertura do Brasil em direção aos países socialistas. Somente a consolidação do Governo Kubitschek e o novo fator que representou a Revolução cubana nas relações interamericanas criariam condições para a revisão do comércio exterior brasileiro.

Nessa perspectiva, e enquanto tais

condições não se efetivavam, a Instrução 113 veio a constituir-se na válvula de escape utilizada pela burguesia industrial, através do mecanismo então criado: a associação com o capital estrangeiro, que gozava do privilégio de introduzir no país equipamentos sem cobertura cambial. O que explica a inutilidade dos protestos levantados contra a referida Instrução pelas correntes nacionalistas, uma vez que sua revogação representaria, não o fortalecimento do processo capitalista de industrialização — como supunham essas correntes — mas seu estancamento, visto que, a *curto prazo*, a burguesia, subordinando-se embora ao capital estrangeiro, solucionava por meio dela o problema de divisas que a atormentava.

Mas se a Instrução 113 atendia, transitoriamente, aos interesses da burguesia industrial, as condições reais para vencer a crise (provocada pela restrição da capacidade para importar) dependiam de medidas de alcance muito mais amplo: comércio com o bloco socialista, reserva de mercados para seus produtos na América Latina e África, defesa dos preços de seus produtos de exportação (o que importava, por um lado, em novos termos de negociação com os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu, e, de outro, numa associação mais estreita com os produtores congêneres do mundo subdesenvolvido), diversificação da pauta de exportações

(o que pressupunha investimentos em novos set-res, como o de minérios, e a revisão da agricultura de exportação) e, *last but not least*, a garantia de uma entrada regular de capitais estrangeiros (públicos e privados), que permitissem fazer face ao deficit do balanço de pagamentos e, notadamente, à remessa de lucros para o exterior. Tudo isso implicava na reformulação da política externa brasileira, como bem o percebeu o sr. Jânio Quadros, que se dispôs mesmo, para concretizá-la, a jogar com a ameaça neutralista. Somente após haver avançado suficientemente nesse caminho, e já seguro dos resultados da nova política externa, é que se poderia corrigir a disparidade criada pela Instrução 113 — o que foi feito, equiparando-se os direitos do investidor nacional e estrangeiro.

O combate à inflação — outro grande tema da campanha eleitoral do sr. Jânio Quadros e de seu governo — está diretamente ligado ao problema das relações externas, que acabamos de descrever, e fizera-se presente desde o Governo Kubitschek, com o plano de estabilização do sr. Lucas Lopes. Os avanços e recuos nesse terreno, o rompimento com o FMI, a incapacidade dos teóricos nacionalistas — tudo isso tem dificultado a compreensão do papel da inflação no processo de desenvolvimento, problema que só pode ser resolvido quando se relacione a alta de preços, em que se traduz a inflação, com as disponibilidades da capacidade para importar. Efetivamente, na vigência de um controle cambial (como o que prevaleceu até a Instrução 204), a contenção dos preços dos equipamentos importados, frente à alta dos preços

internos, possibilita ao industrial a obtenção de lucros crescentes e o estimula a inverter cada vez mais — o que leva ao crescimento da demanda de equipamentos estrangeiros. Do momento em que tal demanda não mais logra satisfação — e esse limite é dado pela capacidade para importar — a inflação não pode mais se traduzir em estímulo aos investimentos, e deixa de engendrar o crescimento da oferta. Como o aumento dos preços é sustentado pelas emissões de moeda e pela ampliação do crédito bancário, gerando conseqüentemente uma expansão da procura; e a partir do momento em que a expansão da procura não mais se acompanha de crescimento correlativo da oferta — a inflação esgota seu papel de estimulante econômico, os desequilíbrios setoriais aceleram-se, a expansão dos meios de pagamento perde contato com as variações reais da produção e entram em regime de flutuação autônoma — temos aí o fenômeno que o sr. Miguel Calmon chamou recentemente de "hiperinflação".

Quando isso ocorre, e considerando-se que o desequilíbrio tem origem no setor das relações externas, em virtude da rigidez da capacidade para importar e da manutenção artificial das baixas cotações de divisas (o que mantém constante a pressão dos importadores!), a única solução para reaiustar a economia às suas condições reais, limitando as variações autônomas do fenômeno monetário, é — para a burguesia — a derrubada das defesas de que se armou em suas relações com o exterior — vale dizer, é o "realismo cambial" e o livre-cambismo. É evidente, com efeito, que o livre-cambismo libera a demanda

represada de equipamentos estrangeiros e pode provocar insuportável pressão sobre a já restrita capacidade para importar, o que é contornado pela fixação "realista" da taxa de câmbio, isto é, a desvalorização da moeda nacional. Esta providência desestimula as importações e é tanto mais eficaz

quanto faz cair os preços dos produtos de exportação, tornando-os mais competitivos, facilitando a política de conquista de mercados e abrindo assim perspectivas para a ampliação da capacidade para importar. Este o mecanismo da Instrução 204, pedra angular da política econômica do Governo Jânio Quadros.

3. As contradições do governo Jânio Quadros

A supressão do protecionismo cambial, sob suas várias formas, e a desvalorização do cruzeiro não poderiam, pelas implicações que teriam no setor industrial e de exportação, deixar de suscitar violenta oposição, tanto mais que pressupunham a ação enérgica do Governo para reajustar a economia às novas condições do comércio externo. Observamos, inicialmente, que tal política abria as portas aos investimentos estrangeiros sem a contrapartida dos subsídios protecionistas que haviam beneficiado anteriormente não somente a jovem indústria nacional como as empresas estrangeiras que se encontravam ainda em fase de implantação. Estes dois setores, localizados sobretudo em Minas e que haviam pesado decididamente nas decisões econômicas do Governo Kubitschek, veriam com maus olhos a nova política e iriam ter sua posição reforçada pela luta aberta entre o grupo Votorantim, apoiado pelo Presidente da República, e a Hanna Corporation pela posse das jazidas mineiras. Os deputados José Maria Alkimin e Hermogenes Príncipe, o ex-presidente Kubitschek, o estado-maior da campanha Lott — tais forças iriam exprimir, no plano político, a sua oposição insegura e contraditória, pelas

próprias condições em que se desenvolvia, à Instrução 204.

No setor das exportações, em que pesa fortemente o café, as condições competitivas criadas pela desvalorização da moeda teriam que acompanhar-se de restrição à produção e de aprimoramento dos produtos, de maneira que corrigisse os desequilíbrios existentes e explorasse as potencialidades do mercado internacional. A política cafeeira do Governo, com a proteção dispensada aos produtores de cafés finos (os grandes produtores capitalistas de São Paulo) e o desestímulo aos pequenos plantadores sulinos, refletiu essa preocupação, reforçada pelo propósito do Presidente de rever a "estrutura agrária caduca" do país. Tal propósito começava a tomar corpo — como o revelam fatos como a política de preços mínimos e a movimentação em torno de um projeto de reforma agrária.

Recordemos, finalmente, que, com a política de conquista de novos mercados, o sr. Jânio Quadros não era somente forçado a chocar-se com a diplomacia norte-americana — em questões como a Revolução cubana, o acordo de Uruguaiana, as relações com o bloco socialista, a conferência de Belgrado — mas, também, mais

especificamente, com os interesses dos grupos imperialistas que monopolizam o comércio de exportação e que não tardariam a movimentar seus porta-vozes oficiais — como o sr. Carlos Lacerda e o jornal "O Globo". Defrontando-se com interesses contrariados em vários setores, o sr. Jânio Quadros exprimia, porém, indubitavelmente as necessidades globais da burguesia brasileira, que nele confiou até o último momento. É o que explica o fato singular de que, sofrendo ataques de todas as áreas políticas, que iam do sr. Carlos Lacerda ao sr. Juscelino Kubitschek, sem falar, naturalmente, na ala esquerda do nacionalismo — não tenha êle contado, em momento algum de

seu govêrno, com uma oposição sistemática. Pelo contrário, governando acima dos partidos, reforçando constantemente seu poder pessoal, neutralizando a esquerda pelo imprevisto de suas atitudes — o governo Jânio Quadros reuniu em torno de si a quase unanimidade da opinião pública e representou um ensaio da burguesia no sentido do bonapartismo. E é provável que, sem sua precipitada renúncia — sobrevinda no momento em que os choques de interesses provocados pelo Governo não haviam, ainda, permitido a consolidação da unidade burguesa à sua volta — tal ensaio tivesse sido levado além, isto é, à forma de ditadura bonapartista pura e simples.

4. As opções da burguesia

Agosto de 1961 evidenciou, uma vez mais, a capacidade de resistência das velhas estruturas brasileiras, sustentadas pelos interesses das oligarquias rurais e de empresas estrangeiras, e pôs a nu o verdadeiro caráter do dilema que a burguesia está enfrentando: evitar de um lado, a ditadura militar de direita, que representaria a consagração do *statu quo* econômico e político e paralisação do processo de industrialização; de outro, a plena vigência da democracia burguesa, no qual a burguesia contaria com apoio de setores populares para modificar esse *statu quo*. Não podendo ser encaradas de um ponto de vista estático, as duas soluções são suscetíveis de desembocar em diferentes resultados: no primeiro caso, em uma estagnação econômica e social semelhante à da Espanha ou, o que é mais provável, em um duro processo revolucionário, como a Revolução

chinesa; no segundo, na instalação de uma democracia burguesa do tipo americano ou europeu, ou com igual probabilidade, em um processo de cunho democrático e popular, capaz de ostentar a forma da Revolução cubana ou, ainda, da Revolução russa de 17. Diante dessas alternativas, a burguesia tende a procurar uma solução que, colocando as demais classes a seu reboque, atenda melhor os seus interesses, e que encontraria sua melhor expressão em um regime bonapartista.

As hesitações da burguesia, em face das lutas travadas pelas facções políticas após a crise de agosto, que a levaram do compromisso parlamentarista de setembro de 61 à tentativa do golpe bonapartista de setembro de 62, dissiparam-se, a partir desta data, dando lugar a um comportamento cujas linhas mestras parecem fixadas pelo menos

a curto prazo. Fortalecer o governo (de modo a conferir-lhe a autoridade que reclamaram, sucessivamente, os srs. Jânio Quadros, San Thiago Dantas e João Goulart, secundados por toda a imprensa burguesa), evitando os perigos que o personalismo do presidente Quadros criara e oferecendo à representação política reacionária certas garantias — este o sentido profundo da nova tática burguesa, traduzida, no plano institucional, pela restauração do regime presidencialista de 46. Oriundo da emenda constitucional que antecipou o plebiscito, tal comportamento só se tornou, entretanto, possível mediante a intervenção de dois fatos novos na política nacional e graças à urgência de se encontrar uma solução para a grave crise econômica e financeira que se avizinha.

Os dois fatos que permitiram a burguesia superar a perplexidade em que mergulhara, com a renúncia do sr. Jânio Quadros, foram, por um lado, o declínio do movimento de massas e o enfraquecimento das esquerdas, evidenciados com a greve de 14 de setembro e confirmados com as peripécias ligadas ao bloqueio de Cuba; e, por outro lado, o resultado das eleições de outubro. Quanto aos primeiros, voltaremos ao assunto quando tratarmos da situação das esquerdas. Sobre o segundo, importa apenas frisar que, sem alterar fundamentalmente o *statu quo* existente, as eleições reforçaram os contingentes parlamentares da burguesia industrial e deram-lhe novas posições nos governos estaduais, desmentindo tanto os que temiam uma "revolução pelo voto" quanto os que receavam uma

espetacular vitória de reação.

A calma política sobrevinda em outubro coincidiu, porém, com o agravamento da situação econômico-financeira, tornada mais aguda pelas discussões em torno do pagamento do 13.º mês, da votação de um projeto orçamentário cravado por fantástico déficit e pela campanha pela elevação do salário mínimo, assim como pelo vencimento iminente de compromissos externos. A necessidade de enfrentar essas dificuldades trouxe de novo à baila problemas de política econômica e permitiu ao Governo manobrar no sentido de reforçar o apoio que lhe emprestava a burguesia. Cabe aqui observar que, se já ao tempo da posse do sr. Jânio Quadros, a situação econômica do país exigia profunda revisão das estruturas existentes, as dificuldades encontradas desde então para efetivá-las só fizeram aumentar essa exigência. Simultaneamente, amadurecia a ideia de que as "reformas de base", iniciadas com a nova política externa, teriam de integrar-se em um vasto planejamento e apoiar-se sobre um plano de estabilização financeira. Somente tal tipo de ação tem, realmente, condições de repor o sistema capitalista nos trilhos do progresso e abrir-lhe nova fase de expansão.

Superar a crise com o auxílio de uma "política de autoridade", isto é, sem abrir a guarda aos ataques da reação ou da esquerda — este é o desígnio manifestado pela burguesia, e que a levou a cerrar fileiras em torno do Governo Goulart. Que condições possui a esquerda para pôr em xeque essas intenções? Tal é o problema que nos preocupará, doravante.

II — As esquerdas e a crise do sistema

1. *Características da esquerda*

As esquerdas brasileiras caracterizam-se, em nossos dias, por sua insuficiência teórica, pelas lutas ideológicas que travam entre si, pela proliferação de pequenos grupos em seu interior e por sua desorganização partidária.

A insuficiência teórica das esquerdas acusa-se na incapacidade que demonstram para definir com precisão a fase que atravessa, atualmente, o processo brasileiro e, conseqüentemente, as tarefas que aí lhes incumbem. Transparece, também, no dogmatismo e no esquematismo de vários de seus grupos, assim como na inexistência ou no baixo nível das discussões que estes mantêm internamente ou entre si. Observa-se finalmente na despreparação da maioria de seus quadros e na carência de um trabalho interno para obviar esse inconveniente. Tal insuficiência estimula, em suas fileiras, desvios como o oportunismo e o aventureirismo, entendido o primeiro como a atuação política sem diretrizes próprias, efetuada ao sabor das circunstâncias ensejadas espontaneamente pela marcha do processo político e a reboque, portanto, dos grupos ou classes que desenvolvem uma ação deliberada em vista de seus objetivos específicos; e o segundo, como a atuação política irracional, sem base no conhecimento objetivo das condições em que se processa, e, antes, orientada, subjetivamente, pelo desejo que têm seus condutores de que as coisas se passassem de uma determinada maneira — que não corresponde, necessariamente, à maneira real pela qual elas se passam. Nos marcos da política oportunista, o proletariado é levado a lutar pela satisfação de seus interesses dentro de um sistema que exclui essa satisfação; seguindo uma

orientação aventureira, tende a postular a liquidação pura e simples do sistema, sem atentar para a sua capacidade de resistência.

A existência desses dois desvios de atuação gerou, de poucos anos para cá, um processo de discussão ideológica dentro da esquerda, que se desenvolve, de um lado, entre os setores que sustentam as referidas tendências e, de outro, entre esses setores e os grupos que os combatem com base num esforço de apreensão da dialética marxista e de sua aplicação à realidade nacional. Tal discussão, ainda incipiente e que só agora transcende o terreno dos princípios para atingir o campo da estratégia política efetiva, resente-se da insuficiência teórica que caracteriza a esquerda brasileira, mas representa, simultaneamente, uma tendência à sua superação, na medida em que retira ao marxismo o caráter de dogma que vinha revestindo, repõe em questão os esquemas de interpretação da realidade brasileira e as formulações táticas que a eles correspondem, e força o trabalho de elevação do nível teórico dos quadros, visando dotá-los de melhores instrumentos de argumentação.

A este degelo teórico, corresponde, na prática, a formação de novos grupos de esquerda, que afloram continuamente a superfície da vida política, com maior ou menor prazo de vida. Essa proliferação de pequenos grupos — para a qual concorre o referido conflito ideológico, cujas discussões levam a uma maior difusão das teses de esquerda e sensibilizam áreas cada vez mais amplas — realiza-se através de duas formas: pela cisão de organizações já existentes e pela constituição de grupos novos, e resulta das opções que o debate coloca a indivíduos ou setores de organizações

mais antigas e a jovens que despertam para a atuação revolucionária. Apresentando características extremamente fluídas e mutáveis, o quadro das esquerdas indica a existência de um fator positivo — a fermentação efetiva que tem lugar no corpo social — e exprime uma tendência constante do movimento revolucionário à desagregação e unificação. A unidade do movimento revolucionário é, com efeito, algo que está sempre em processo, que há de ser sempre feito e refeito no curso da luta, num esforço contínuo de superação das influências centrífugas surgidas de sua própria base social.

Consequência de todos esses fenômenos, a desorganização partidária das esquerdas reage sobre eles, agravando sua incidência. O sinal mais evidente que dela temos é o declínio do Partido Comunista Brasileiro, após o período áureo do pós-guerra, e que se manifesta pela tendência à redução de seus efetivos e pela diminuição de sua influência eleitoral, além de traduzir-se, também, na queda de seu prestígio ideológico em favor de posições como o nacionalismo e o reformismo social. Outros sinais podem, ainda, ser destacados, como sejam: o surgimento de frentes ou movimentos parclassistas, geralmente de duração efêmera e nem sempre nascidos por influência direta da esquerda, embora fujam sempre

ao seu controle sistemático — como o movimento pela legalidade (61), o movimento janista e a Frente de Libertação Nacional; a atuação autônoma das organizações sindicais, profissionais e estudantis na condução dos movimentos de massa, isoladamente ou através de organismos de coordenação; as greves políticas e a coloração política assumida frequentemente pelas greves econômicas — mantidos, porém, os dois tipos de parede sob responsabilidade exclusiva dos sindicatos e organizações interessadas, sem participação direta dos partidos. Todos esses fenômenos refletem, em última análise, a ausência de uma direção firme da ação de massas no país — isto é, de um autêntico Partido revolucionário — fato esse que leva os organismos classistas existentes a assumir o seu comando — o que não só gera fracassos no plano político, e o conseqüente enfraquecimento das forças por eles atingidas, como também impede que essas ações de massa se articulem numa verdadeira luta de classe, orientada conscientemente para a tomada do poder. Por outro lado, tais fenômenos traduzem o inconformismo das massas frente ao agravamento de suas condições de vida e revelam a pujança do movimento popular — campo propício, portanto, para uma atuação partidária de esquerda, capaz de abrir às massas perspectivas revolucionárias e de conduzi-las à sua concretização.

2. Causas da atual situação das esquerdas

A situação atual das esquerdas resulta de um complexo de causas, entre as quais se distinguem causas internas e externas ao processo brasileiro, principalmente as tendências policêntricas do comunismo internacional, o clima social gerado pela evolução econômica, o colapso do monopólio do marxismo exercido pelo PCB, a descontinuidade do movimento revolucionário a o caráter "popular" da política burguesa, em fase de expansão capitalista.

O crescimento do bloco socialista, no pós-guerra, levando-o a englobar países de diferente estrutura econômico-social, possuidores de tradição revolucionária distinta, confrontados a problemáticas peculiares, suscitou variações específicas em sua maneira de aplicar a teoria marxista e minou as condições que sustentavam a direção centralizada

do movimento comunista. Tal fato tornou-se irreversível depois que a União Soviética, atendendo às necessidades ali criadas por quarenta anos de Revolução socialista, iniciou o processo de desestalinização e agravou-se à medida que se desenvolvia o processo da Revolução chinesa. O conflito ideológico daí resultante iria assumir plena significação para o movimento revolucionário latino-americano por intermédio da Revolução cubana e do trânsito por ela percorrido do fidelismo ao marxismo-leninismo.

A influência de Cuba exerceu-se em várias direções, de que podemos destacar as seguintes: destruindo velhos mitos que entravam o movimento revolucionário latino-americano (como, por exemplo, o de sua impossibilidade prática em virtude da proximidade dos Estados Unidos;

ou da exigência de uma ação conjugada de classes, com papel destacado para as burguesias nacionais), a Revolução cubana colocou perante as esquerdas e as massas do continente o problema da conquista do poder político; radicalizou as posições de todas as classes nos países latino-americanos, forçando, em vários deles, o acumpliciamento ostensivo da burguesia com os grupos imperialistas, ou ampliando, em outros, as brechas existentes entre ambos, ao mesmo tempo em que desnudava para as massas o caráter brutal da espoliação imperialista; destruiu a ideia de chasseur-garde que os Estados Unidos emprestavam à América Latina, liquidando a Doutrina Monroe e deslocando o Hemisfério para o centro do conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista; rasgou para a esquerda novas perspectivas de ação, independentemente dos organismos tradicionais, e muitas vezes esclerosados, dos partidos comunistas latino-americanos; reabilitou o marxismo-leninismo no Continente, liquidando os preconceitos que o davam como incompatível com a situação econômica, as tradições, o temperamento, etc, dos povos hemisféricos; inaugurou um novo centro de ação e elaboração marxista no conjunto do comunismo mundial, centro este diretamente ligado à situação e às necessidades do movimento revolucionário latino-americano.

Dentre as causas internas, destaquemos inicialmente o clima social gerado pela evolução econômica. Qualquer processo de industrialização introduz elementos de grave perturbação na vida social, pelas modificações que acarreta nas posições relativas dos grupos e classes que dele participam, pela intensificação dos desequilíbrios entre o meio urbano e rural e pelas deslocações de contingentes populacionais que engendra. Em país subdesenvolvido, as marcadas características agrárias da estrutura existente agravam tais perturbações. Quando, finalmente, a industrialização se faz em moldes capitalistas, os aspectos que assumem a acumulação e a concentração de capital dão margem a que ela se acompanhe de intensa espoliação das massas e de grandes desequilíbrios na maneira como dela participam os grupos beneficiados. Na medida em

que a industrialização brasileira apresenta todas essas características, compreende-se que a inquietação social do país cresça na razão direta do desenvolvimento do processo, gerando um clima de reivindicações econômicas e de crises políticas cada vez mais acentuado, e que só se atenua enquanto o sistema se encontra em plena expansão. Do momento em que as perspectivas de expansão se reduzem, prenunciando uma queda nos níveis de produção e trabalho, cessa a ação do fator que dificultava o agravamento das lutas sociais. No Brasil, desde 1959, entramos nessa segunda fase, que se refletiu imediatamente no movimento de massas, intensificando e aguçando as greves (fato sensível a partir da greve da paridade, no Rio de Janeiro, em fins de 1960), as aspirações de reforma social e as crises políticas. Esses fatos repercutiram no setor da esquerda, que passou a apresentar um dinamismo novo.

O efeito principal desse dinamismo foi o colapso do monopólio do marxismo que exercia o PCB. Surgindo em público, desde 1945, com uma orientação marcadamente oportunista, e detendo o comando de todo o movimento de esquerda, o PCB acabara por constituir-se em entrave ao movimento revolucionário no Brasil. Essa situação só vai ser alterada a partir de 1960, quando, com a POLOP, começam a surgir no cenário da esquerda, novos grupos marxistas — resultando, esse fato, por um lado, das condições objetivas que acabamos de referir, e, por outro lado, da ação dos fatores externos, relativos ao degelo do comunismo mundial. O colapso do monopólio ideológico do PCB acelerou a desorganização reinante nos meios de esquerda, mas permitiu um retorno às fontes marxistas, criando condições para que a esquerda reencontrasse o leito revolucionário que seu curso abandonara.

Um terceiro fator interno da atual situação das esquerdas reside na descontinuidade do movimento revolucionário brasileiro. Golpeado em 35, com o fracasso da revolta comunista; em 37, com a instauração do regime policial do Estado Novo; em 47, com a passagem do PCB à ilegalidade; e em 61, quando, adotando oficialmente nova orientação, viu-se a direção do PCB forçada a impedir a discussão interna (o que levou à condenação pura e simples dos

métodos anteriores, à falta de interesse na formação teórica dos quadros, etc), esse movimento tem-se desenvolvido de modo descontínuo e sofrido a incidência sistemática de hiatos entre as várias gerações que dele participaram. Perde-se, assim, vasto cabedal de experiência prática, dificulta-se a acumulação de posições concretas obtidas no processo de luta e não se provê à elaboração de uma tradição revolucionária, que oriente as novas gerações chegadas ao limiar da ação política. Estas, pelo contrário, são continuamente forçadas a redescobrir por si mesmas postulações teóricas, métodos de ação e a própria realidade brasileira, num esforço penoso que dificulta o avanço do movimento revolucionário, ao mesmo tempo que favorece a indisciplina partidária.

Observemos, finalmente, que a expansão capitalista cria, necessariamente, maiores oportunidades de emprego, eleva o padrão de consumo das massas e promove um clima de euforia, respirado, momentaneamente, pela maior parte da sociedade. Isto explica que, enquanto se mantém essa expansão, o grosso das reivindicações das classes possa ser contido nos marcos do próprio sistema, que se mostra capaz, em termos relativos, de prover ao seu atendimento. Lembremos, ainda, que a classe anti-burguesa por excelência — o operariado — além de encontrar margem para melhorar sua situação econômica, é continuamente renovada pela inclusão de elementos de origem camponesa, para os quais a simples transferência do campo para a fábrica já representa sensível melhoria. Tudo isso confere à política burguesa, nessa etapa, caráter eminentemente "popular", isto é, dá-lhe a possibilidade de aparecer como algo que interessa a todo o povo, além de isolar os grupos reacionários vinculados à estrutura pré-existente. É claro que, por outro lado, a burguesia explora deliberadamente esse estado de coisas, procurando acentuá-lo através do exercício de sua dominação ideológica,

que é tanto mais efetiva quanto menos capaz é a esquerda de utilizar as contradições do sistema capitalista para, sobre elas, assentar as bases de uma verdadeira luta de classe.

Mesmo o conflito com o imperialismo — de que a esquerda reformista lança, hoje, mão, de modo quase exclusivo, ao dirigir-se às massas — permite à burguesia executar suas manobras de envolvimento, visto que ela própria está sempre a chocar-se contra grupos imperialistas, num esforço, não para eliminar sua participação na economia nacional, mas para ajustar essa participação aos seus interesses de classe. Pode, assim, a burguesia confundir o antagonismo radical das massas trabalhadoras frente à espoliação imperialista com os choques de interesse que trava com grupos imperialistas, colocando aquele a serviço destes e privando a esquerda de uma de suas principais armas de trabalho político.

Toda essa situação, porém, torna-se cada vez menos sustentável à medida que avança o processo capitalista e aproxima-se a fase de saturação a que nos referimos, prenunciadora de depressão. A partir de então, a burguesia vê-se forçada a colocar seus interesses em plano exclusivo e realiza com dificuldade crescentes concessões às demais classes, ao mesmo tempo em que tem de intensificar sua luta com aquelas forças que dificultam sua expansão. É dentro de um quadro assim, quando a burguesia enfrenta dificuldades econômicas, sociais e políticas de toda ordem, e encontra cada vez menos possibilidade de exercer seu controle material e ideológico sobre as massas, que as esquerdas vêm abrir-se diante delas vasto campo de manobras e configurar-se o momento de pôr em xeque a dominação burguesa. É uma fase desse tipo a que atravessa, atualmente, o Brasil, convindo, portanto, examinar que comportamento adotaram as esquerdas no desempenho de suas tarefas.

3. Atuação das esquerdas: da crise de agosto à greve pelo 13.º mês

A crise gerada pela renúncia do Sr. Jânio Quadros desmantelou todos os esquemas políticos da burguesia e arrastou as massas populares a uma participação direta

nos acontecimentos. O resultado imediato dessa situação foi o reforçamento da esquerda, que, reencontrando o contato há muito perdido com a massa, foi

bruscamente despertada para a violência do inconformismo popular e a consciência crescente das classes trabalhadoras em relação aos problemas do país. Vale notar, aqui, que o avanço da consciência das massas, ainda que enormemente acelerado com a crise de agosto, não começou ali, mas ao contrário, vinha processando-se, de modo obscuro e contraditório, desde a segunda metade do Governo Kubitschek, como atestam a curva ascendente do movimento grevista e o resultado das eleições de 1960. Inconsciente, porém, desse processo, a esquerda deixara-se ficar atrás, incapaz de oferecer ao movimento popular a liderança que êle reclamava e sendo, portanto, apanhada de surpresa pela reação popular de agosto.

A brusca radicalização de forças que se opera, então, no país, em favor da esquerda, exacerba dentro dela as duas correntes desviantistas que se iriam digladiar durante todo o período: de um lado, a corrente oportunista, encabeçada pela direção do PCB, incapaz de apreciar as potencialidades revolucionárias contidas no processo político e acovardando-se ante a inevitável polarização das forças de direita (MAC, IBAD, etc.) que a ascensão do mo-

O resultado prático dessas posições foi que o movimento de massas influenciado pela ilusão insurrecional e desbordando a contenção do PCB, ficou entregue a si mesmo, lançando-se a iniciativas e demonstrações de força cujo êxito estimulava as seguintes, sem que nada se fizesse para canalizá-las numa ação organizada e conscientemente política. Em pouco tempo, arrastado pelos próprios acontecimentos, o PCB envolvia-se também nas ações desordenadas das massas, e se chegava assim ao fracasso contundente que representou a greve geral pelo 13.º mês, em São Paulo. Fracasso que resultava, também, do agrupamento de forças que a burguesia, alarmada ante a radicalização política que se alastrava pelo país, promovera.

A depressão passageira que a greve pelo 13.º mês provocou no movimento de massas — e que representou a derrota do

aventureirismo no meio urbano, embora este fosse continuar, por algum tempo ainda, sua progressão no movimento camponês — sucedeu-se uma fase puramente oportunista em que o primeiro papel coube inteiramente ao PCB. Tal fato resultava diretamente, das novas condições surgidas dentro da classe dominante, onde a burguesia industrial, inconformada com o fracasso de agosto, reunia-se em torno do sr. João Goulart para tentar uma nova cartada: o plebiscito. As crises políticas, provocadas pela classe dominante — agora que os acontecimentos de São Paulo, na greve do 13.º mês, lhe haviam devolvido certa tranquilidade — iriam conduzir às greves políticas de 62, que inverteriam definitivamente a tendência até então predominante no movimento de massas, imprimindo-lhe sentido descendente.

Entre o oportunismo e o aventureirismo, e lutando por aparar os prejuízos diretos que a luta entre as duas tendências lhe causavam, situou-se a POLOP. Sustentando o primado das tarefas de análise teórica, propaganda e organização, em face da correlação real de forças no processo brasileiro, e opondo-se, simultaneamente, ao papel de freio que a direção do PCB desempenhava junto às massas, soube a Organização defender a posição correta dentro das esquerdas, mas não pôde contar com um aparelho capaz de tirar todas as consequências de suas posições. As falhas organizativas então verificadas na POLOP prejudicaram enormemente sua atuação política, sendo, porém, necessário reconhecer o crescimento lento, mas seguro, que a Organização apresentou no período, renovando parcialmente seus quadros, iniciando, em caráter sistemático, suas atividades de divulgação; amadurecendo e precisando suas concepções e métodos de ação. É o que explica que, embora tenha sido a POLOP, dentre os grupos da esquerda, quem menos capitalizou — em termos materiais — da radicalização política pós-agosto, tenha sido quem melhor resistiu às lutas ideológicas então travadas e ao descenso do movimento de massas que não tardaria a sobrevir — fenômeno inverso registrando-se com o PCB e as Ligas nordestinas.

4. *Atuação das esquerdas: das greves políticas às eleições*

O caráter precário do crescimento que ostentavam o PCB e as Ligas manifestava-se já desde o período em que os dois grupos atingiram o seu apogeu. Com efeito, se a linha política oportunista e pequeno-burguesa da direção do PCB permitira ao Partido capitalizar em larga escala a radicalização que se operava nas massas (principalmente nos setores da classe média e do campesinato), levava-o, simultaneamente, a uma grave cisão interna — de que surgiria o novo PC do Brasil, a maior ameaça que hoje pesa sobre o velho Partido. Paralelamente, as Ligas, à medida que se esgotava o entusiasmo provocado por suas tomadas de posição aventureiras, eram progressivamente forçadas a procurar organizar-se em bases mais sistemáticas — o que tentariam por intermédio do MRT — chocando-se, porém, neste terreno, com a própria fraqueza de seus quadros e sua insuficiência teórica. O resultado desta contradição não tardaria a levar à desintegração do MRT e à queda vertical do prestígio de seu líder — Francisco Julião.

As dificuldades dos grandes grupos de esquerda iriam agravar-se à medida que o movimento de massas urbanas, conduzido pela corrente oportunista e inteiramente submetido à liderança da facção burguesa encabeçada pelo Presidente da República, fosse jogado à luta política em torno do plebiscito. Funcionando lado a lado com o dispositivo militar do Sr. João Goulart, o aparelho sindical lograria excelente demonstração de força na greve de 5 de julho, para ser, depois, miseravelmente traído na de 14 de setembro, ficando com seu prestígio seriamente abalado. O enfraquecimento do movimento sindical teria sido, de resto, precedido pelo torpedeamento da greve estudantil pela participação de 1/3, torpedeamento promovido pela própria direção do PCB e que lançaria a UNE em uma das crises mais graves de sua história.

As eleições de outubro viriam a processar-se, portanto, dentro de uma correlação de forças em que, ante um movimento de massas em declínio, e uma reação em pânico, a

burguesia industrial e financeira, unida em torno do Sr. João Goulart, se mostrava absoluta na arena política. O resultado das eleições nada mais faria senão confirmar essa situação. Mesmo na Guanabara, um dos raros Estados em que saiu vitoriosa na batalha eleitoral, a esquerda obteve uma vitória de Pirro: o grande vitorioso foi, com efeito, o Sr. Leonel Brizola, líder da "ala esquerda" governista e que desempenha, junto ao Sr. João Goulart, o papel que este desempenhou junto ao Presidente Vargas: polarizar e subordinar o movimento de massas às conveniências do Governo.

A campanha do plebiscito pôde desenvolver-se, assim, sob inteiro controle da burguesia, em face da mais perfeita passividade do movimento de massas. Nem o bloqueio de Cuba foi capaz de sacudir essa passividade, tanto assim que, passado o primeiro momento de hesitação — quando temera a reação popular contra o apoio que dera ao bloqueio e estimulara a confusão, jogando com os Srs. Leonel Brizola e Almino Afonso — o Governo passou imediatamente à justificação descarada de sua atitude, dispensando totalmente a cobertura de esquerda que o Governador gaúcho lhe procurava dar. E, quando do incidente da demissão do ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, o CGT ameaçou deflagrar uma greve geral, o comandante do 1.º Exército, General Osvaldo Alves, pôde adverti-lo tranquilamente de que a greve era "inoportuna" — advertência suficiente para que não se falasse mais no assunto. Lembremos, ainda, que, quando o Governo abandonou friamente a Emenda Oliveira Brito (que abria o caminho constitucional para as reformas de base) para fixar-se exclusivamente na questão do plebiscito, a esquerda oportunista não teve meios de impedi-lo.

Durante este segundo período (que podemos fixar, aproximadamente, entre o discurso do 1.º de Maio, em Santos, do Sr. João Goulart, que lançou o tema das reformas, e o plebiscito de 6 de janeiro), a influência da POLOP junto ao movimento de massas foi ainda mais restrita — o que se

explica pela tendência oportunista que dominava este movimento. Paradoxalmente, porém, é nesta fase que ganham corpo — graças sobretudo, ao novo dado introduzido na esquerda pela cisão do PC do Brasil e pela constituição e posterior cisão do MRT. A partir de então, com efeito, a Organização pôde romper o isolamento a que estivera confinada e retomar, em outro nível, a tarefa de constituição do Partido Operário, que constitui sua razão de ser. Tirando as consequências desta realidade, em sua Conferência de Julho, a POLOP trataria, portanto, de promover a aproximação dos três grupos e reforçar sua organização nacional, consciente de que a situação concreta da luta de classes

que as condições para o seu crescimento e fortalecimento

lhe dava condições para atacar de outro ângulo o trabalho de massas.

É evidente, porém, que a colaboração das forças da esquerda revolucionária nesse trabalho, que a POLOP preconiza, e o reforçamento de sua própria estrutura partidária só têm sentido na medida em que visam criar melhores possibilidades para a tarefa de organização e direção da luta das massas. Analisar, portanto, as condições em que esta se desenvolve e fixar as diretrizes para a interferência da Organização no seu processo — é o que tentaremos agora.

III - Perspectivas da luta de classes

1. *Balanço da situação econômica*

Dois fatos devem ser considerados, quando se trata de conhecer o terreno em que se desenrolará a luta de classes, no próximo período: de um lado, a grave crise econômica e financeira que está em marcha; de outro, as medidas com que a burguesia conta para solucionar esta crise.

Vimos, anteriormente, que o declínio da expansão econômica, iniciado em 1959, converteu-se em franco processo de crise, a partir do primeiro semestre de 1962. As estimativas disponíveis revelam com efeito não só a queda da produção industrial (cuja taxa de crescimento, que atingira 8% no ano anterior, foi prevista para 4%), como também a manutenção do ritmo da produção agropastoril (6%, excetuado o café), agravada pelas más colheitas de gêneros de primeira necessidade, de tal modo que a produção global não deverá ter ultrapassado de 5% (lembremos que a taxa de crescimento demográfico é, atualmente, superior a 3,5%).

Paralelamente, continuou caindo o valor das exportações (menos de 51 milhões de dólares no primeiro semestre), agravou-se o deficit do balanço de pagamentos (que foi de 120 milhões de dólares no primeiro semestre de 1962, contra menos de 60 no semestre anterior), a taxa da inflação saltou para 48% (40% em 61), o deficit orçamentário aumentou, o saldo de reservas foi integralmente gasto.

Para as massas, as consequências desta situação são de fácil previsão: intensificação da alta do custo de vida, aumento do desemprego urbano e rural, resistência crescente ao atendimento de suas reivindicações salariais, dificuldades agravadas em matéria de abastecimento. Para as classes dominantes, não há somente consequências mas medidas práticas a adotar. Que orientação fundamental informa essas medidas e que efeito terão sobre o movimento de massas?

2. *O plano de ação da burguesia*

No plano interno, a ação da burguesia orienta-se em duas direções. Em primeiro lugar, disciplinar os investimentos, canalizando-os para aquelas áreas que constituem focos de maior agitação social, e, simultaneamente, por não se encontrarem saturadas, oferecem maior rentabilidade aos capitais investidos. Basicamente, é o Nordeste que preenche estes requisitos — explicando-se assim, o interesse da burguesia na *Sudene* e a Aliança Brasileira Para o Progresso, lançada pelos industriais paulistas. O instrumento para a realização

de tais objetivos é o plano elaborado pelo Sr. Celso Furtado.

A segunda orientação da burguesia diz respeito à estabilidade financeira. Vimos, antes, de que maneira a inflação se converteu em mau negócio para os capitalistas brasileiros e porque, depois de apregoarem as vantagens do desenvolvimento pela inflação, clamam hoje pelo "desenvolvimento na estabilização". Examinemos, agora, como a burguesia coloca o problema da estabilização e porque, ao fazê-lo, levanta contra si a oposição popular.

Observemos, inicialmente, que, ainda que seus interesses de classe se contraponham à alta do custo de vida, os trabalhadores combatem sempre os planos burgueses de estabilização. Esta contradição aparente decorre do fato de que a burguesia — negando a realidade intrínseca da inflação, que é uma redistribuição de renda que atinge a *todos* os grupos sociais — concentra suas baterias sobre o esforço da classe operária para participar do processo de redistribuição, e postula, como base de toda política antiinflacionária, a contenção das reivindicações salariais. Vale dizer que a burguesia procura sempre deter o nível dos salários antes de conter os preços, buscando assim consolidar a vantagem que o processo inflacionário lhe proporciona através do desajustamento salário-preço. Dentro da solução burguesa, ao processar-se a estabilização dos preços, os trabalhadores encontram-se em flagrante inferioridade, isto é, têm seus salários reais amputados, e essa amputação, enquanto dura a referida estabilidade, adquire caráter *permanente*.

Mesmo quando se trata de uma política antiinflacionária não ortodoxa, como a do Brasil, (que o Sr. Jânio Quadros batizou de "desinflacionária") — isto é, uma política que não visa a conter imediatamente a elevação dos preços, mas a colocar essa elevação sob controle — essa orientação se faz sentir, e ainda com maior despudor. Vejam-se, por exemplo, as declarações do Governo, que anuncia a decretação de uma "trégua salarial", e revela, ao mesmo tempo, que seu objetivo imediato é de simplesmente reduzir a alta de preços a um nível "razoável" da ordem de 20%. O que significa que, enquanto os preços continuarão subindo, embora a ritmo mais moderado, os salários ficarão bloqueados e sofrerão, portanto, uma amputação correlativa no seu poder real de compra.

Que esta é a intenção da burguesia, não se pode duvidar, quando se vê que as primeiras medidas postas em prática, no

quadro da política de estabilização, são justamente aquelas que mais repercutem sobre a massa consumidora: corte das importações subvencionadas, reajustamento das tarifas de serviços públicos. Não só se deixaram de adotar providências que ferissem apenas os exploradores (lembramos que, ao mesmo tempo em que suprimia a subvenção ao trigo e ao petróleo, o Governo aumentava a que concede aos trustes da aviação comercial), como também nada se fez para impedir o impacto daquelas medidas sobre o nível dos preços — limitando-se o Governo a apelar, liricamente, às classes "produtoras" para que contivessem sua ganância de lucros. Todos os esforços foram, porém, envidados para impedir os movimentos de reivindicação salarial, inclusive a promessa de uma escala móvel de salários, cuja decretação vai sendo habilmente postergada.

Observemos, aliás, que a escala móvel só resolveria o problema da desvalorização do salário real se tomasse a este como nível-base, sobre o qual se farão os reajustamentos; fixasse o prazo de reajustamento no mais curto tempo possível (no máximo, três meses); e previsse, além do reajustamento destinado a compensar a alta de preços, um aumento real de salário equivalente ao aumento da produtividade. Uma escala móvel que não atenda esses requisitos não só deixa de atender sua finalidade, como contribui para frear a luta sindical, constituindo-se por isso em excelente negócio para a burguesia. Basta esperar um pouco para ver que nenhum dos três pontos mencionados será levado a sério pelo Governo.

Torna-se, assim, evidente que a burguesia prepara-se para dar o sinal de partida a uma política econômica francamente antipopular na medida em que restringirá o já exíguo padrão de consumo das massas. Para sustentá-la, conta sobretudo com a própria conjuntura, que, ampliando as margens do desemprego, dificultará o movimento reivindicatório das massas (observemos

que o deslocamento de recursos da economia sulina para o Nordeste agrava essa situação, na medida em que diminui as oportunidades de emprego de um dos setores mais organizados e combativos do proletariado urbano em favor do incipiente operariado nordestino). É claro, porém, que somente este fator não pode garantir o sucesso da política de estabili-

zação. Ao lado, então, de medidas como o novo projeto da lei de greve, aprovado pelo Senado, que põe nas mãos do Governo os instrumentos de que necessita para reprimir as ações grevistas, a burguesia prepara a instauração de um Governo forte e centralizado. Tal é o sentido da manobra presidencialista, levada a efeito pelo Sr. João Goulart.

3. *A questão do Imperialismo*

Resta apreciar um último aspecto do plano de ação burguês, que diz respeito à economia externa. Frisemos, desde logo, a importância deste setor para um país como o Brasil, que se encontra ainda em fase de montagem de seu parque industrial — dependendo, portanto, da importação em larga escala de equipamentos, — e que não ostenta ainda uma taxa de poupança capaz de atender, a curto prazo, as necessidades do investimento. Essa dependência em relação ao exterior torna-se dramática quando se consideram os dois graves problemas com que se defronta a burguesia brasileira: a queda constante dos preços de seus produtos de exportação e as limitações progressivas que encontra para colocá-los nos mercados internacionais, seja porque estes se encontram saturados, seja porque sofre a concorrência de outros produtores (principalmente os africanos).

A abertura para o mercado socialista oferece, sem dúvida, a melhor solução de que dispõe atualmente a burguesia, sem eliminar, entretanto, as suas dificuldades. Isto porque a produção destes países nem sempre atende às exigências específicas do parque industrial brasileiro (cujas linhas de montagem seguem outros figurinos), além de o sistema de trocas processar-se dentro de esquemas bilaterais e de compensação, carentes de flexibilidade. Nessas condições, se o comércio com o bloco socialista desafia parcialmente a economia brasileira, não a isenta de procurar solucionar o problema de

suas relações com os países capitalistas — sobretudo porque, mesmo que fosse este o caso, não se substitui, do dia para a noite, um mercado por outro.

O maior obstáculo que a burguesia enfrenta, no que diz respeito ao bloco capitalista, é a existência do Mercado Comum Europeu, pelas discriminações que levanta aos produtos que não venham de suas neo-colônias da África. Compreende-se, assim, a política de aproximação com estes últimos países, promovida pelo Sr. Jânio Quadros e mantida posteriormente, visando a integrá-los em acordos mundiais — cujo objetivo é, por um lado, o de deter a queda dos preços internacionais, e, por outro, de assegurar cotas fixas de exportação.

O principal ponto de apoio com que conta a burguesia neste terreno, é o Governo norte-americano, por uma série de questões políticas, o que se patenteou quando da assinatura do último Convênio do Café — que não teria sido possível sem a intervenção de Washington. Mais do que um ponto de apoio, os Estados Unidos constituem, de resto, um dos elementos chave na estratégia comercial brasileira pela importância de seu mercado no quadro das importações nacionais. Soma-se a estes fatores a necessidade que a burguesia experimenta de obter ajuda externa, para compensar a queda de valor de suas exportações, dispor das divisas indispensáveis ao atendimento de seus compromissos externos imediatos e lastrear seu plano de

estabilização, sem interromper totalmente as importações de equipamentos.

Uma política externa independente (que permite à burguesia jogar com as possibilidades do mercado mundial) mas não neutralista (que não a desloque do bloco capitalista) — esta é a formulação para os problemas da burguesia em suas relações com o mundo exterior. Na medida em que as principais iniciativas de degelo que essa política implicava já foram tomadas (notadamente as que diziam respeito ao bloco socialista), pode agora o governo voltar sua atenção para o problema das relações com os Estados Unidos,

procurando reformulá-las em outro nível — isto é, em nível de parceria. Esta a meta imediata do Governo, intimamente ligada ao seu plano de ação interna, e que tomou corpo com a Missão Santiago Dantas. Sua concretização importará necessariamente no estreitamento dos laços ideológicos com o imperialismo, e na abertura de novas facilidades para sua penetração no país.

Planejamento econômico, estabilização monetária, reformulação do compromisso com o imperialismo — tais são os pilares da política burguesa após o plebiscito.

4. *Condições de luta no novo regime*

A unificação das diferentes facções das classes dominantes sob a égide do presidencialismo, o estabelecimento de uma política sistemática para o atendimento de seus interesses e o reforço que espera receber do imperialismo norte-americano, garantem à burguesia o controle da política brasileira, no próximo período, para pôr em marcha seu plano de reformas. Sua situação é, ainda, favorecida pelas dificuldades que enfrentará o movimento sindical em função do desemprego e da "trégua salarial" (garantida, se necessário, pela força) que caracterizarão o período; assim como pelas posições que detêm, junto às massas, os setores oportunistas e que são capazes, de imediato, de assegurar à burguesia a manipulação dos botões de comando ideológico. Não se deve excluir, também, o efeito positivo, para a burguesia, que poderá engendrar a realização das "reformas de base" — que serão, indubitavelmente, postas em prática — efeito que poderá ser não apenas demagógico, mas real, abrindo comportas para a superação de certos pontos de estrangulamento, sobretudo no campo.

Em sentido inverso, a política antipopular de estabilização e os próprios percalços da depressão econômica criam condições para que se agrave o descontenta-

mento das massas, aliada à repercussão negativa causada pelo alinhamento da burguesia ao lado do imperialismo. Também os choques provocados, entre os grupos dominantes interessados, pelas "reformas de base", assim como os sacrifícios que, para muitos desses grupos, representará a política de estabilização, contribuirão para manter um ritmo razoável de inquietação política; tais efeitos deverão ser, porém, visíveis sobretudo nas camadas da pequena-burguesia, para quem a estabilização financeira importa sempre em condições de difícil sobrevivência e que vê sucederem-se as falências, nessa etapa, por meio das quais os grandes capitalistas aceleram a concentração do capital. Finalmente, a existência, dentro da esquerda, de grupos revolucionários, diminui a irradiação da ideologia burguesa junto à massa, de duas maneiras: criando focos de irradiação revolucionária no seio destas e dificultando a ação dos setores oportunistas, através da influência que esses focos exercem sobre as suas bases.

Quanto ao movimento de massas, enfrenta a nova fase combalido por experiências como a greve estudantil pela participação de 1/3 e a greve geral de 14 de setembro, e inteiramente envolvido pela ideologia burguesa, graças à atuação dos

setores reformistas. Tais setores tiveram, ainda, sua posição fortalecida pela desmoralização do aventureirismo, resultante da crise interna verificada nas correntes que o sustentavam e do desmascaramento da farsa em que se constituía a sua atuação. É de se esperar, portanto, de imediato, que se acentue o descenso do movimento de massas e que, por prazo mais ou menos longo, sua liderança efetiva permaneça nas mãos dos oportunistas.

O saldo do período não se constitui, entretanto, somente de elementos negativos, graças sobretudo à radicalização política que então se observou e que possibilitou, sem dúvida, às massas uma consciência maior de seus problemas e um avanço no processo de organização — de que o Comando Geral de Greve representa o melhor exemplo. Nota-se, ao mesmo tempo, nos Sindicatos, uma tendência à formação de novos quadros, que não mais se satisfazem com a política reformista praticada. Por outro lado, o surgimento de novos grupos revolucionários no seio da esquerda — como o PC do Brasil e o grupo rebelde do MRT — acelerou o pro-

cesso de polarização que aí se verificava, fortaleceu o setor que, até então, a POLOP representara em caráter exclusivo e abriu perspectivas para uma ação conjunta dessas organizações, capaz de conferir ao trabalho de cada uma maior eficácia e penetração. Criam-se, assim, condições para que a liderança ideológica das esquerdas se transfira do setor reformista para o setor revolucionário, fato que terá profundas repercussões no movimento de massas.

Pesados os prós e os contras que apresenta o quadro geral da luta de classes, que acabamos de descrever, verifica-se que a maior vantagem de que a burguesia desfruta sobre as forças populares é o fato de estar consciente de seus interesses e organizada para explorar as condições que lhe são favoráveis. Inversamente, as grandes dificuldades que tais forças enfrentam decorrem do fato de se encontrarem despreparadas para os duros combates que o período lhe reserva. O que nos leva ao problema central desta análise: o papel da esquerda revolucionária na presente etapa da luta de classes.

Conclusão: O papel da esquerda revolucionária

1. *As tarefas da Esquerda Revolucionária*

Dar consciência ao proletariado, organizá-lo e guiá-lo para a tomada do poder — estas tarefas da vanguarda revolucionária apresentam-se em todos os momentos da luta de classes, recebendo, porém, ênfase diversa, conforme a etapa específica que se considere. É evidente, com efeito, que, na fase de preparação revolucionária, a ênfase está posta na propaganda e nas atividades de organização do proletariado, e a ação da vanguarda depende ainda, em

larga escala, da luta espontânea levada a efeito pelas massas dentro dos marcos do regime burguês. Vale dizer que se trata aí de servir-se dessa luta para levar às massas o ideal revolucionário, e, em torno dele, lançar as bases da organização do proletariado, isto é, criar as condições para que se exerça a direção do Partido revolucionário. Nesta fase, e em se tratando da atuação de massa, as formas de luta legal tendem a sobrepor-se ao trabalho

ilegal, visto que é nos marcos daquela que se desenvolve a luta das massas.

O inverso ocorre quando a luta de massas, já colocada em termos de luta de classe, se exerce frontalmente contra as instituições burguesas e postula a liquidação destas. Atinge-se, então, a fase propriamente insurrecional, em que as formas ilegais de luta passam a primeiro plano, e o movimento de massas enfrenta o problema da luta armada. É nesta etapa que as diferentes formas de luta armada — inclusive as guerrilhas — ocupam o centro das preocupações da vanguarda revolucionária, que deve escolher dentre elas as que mais se ajustam às suas conveniências estratégicas e à correlação existente entre as forças em presença.

Cabem aqui duas observações. A primeira é de que a questão da luta armada só se configura plenamente (não entram aqui em conta as escaramuças isoladas, nem a necessidade de choques armados que se faz sentir na fase de organização do movimento camponês) quando estão esgotadas as possibilidades de luta legal, isto é, quando as massas, através de sua experiência prática, e já de posse de uma perspectiva revolucionária, constatarem a impossibilidade de resolver seus problemas dentro do regime burguês. A segunda observação é a de que é a fase de organização do movimento de massas e de seu enquadramento em uma autêntica luta de classe que faz surgir a fase insurrecional — em outras palavras, é dando consciência de classe e organizando o proletariado a partir de sua luta espontânea que a vanguarda revolucionária leva as massas a esgotar o arsenal das soluções burguesas e as conduz à fase insurrecional, proporcionando-lhes, simultaneamente, as condições ideológicas e organizativas para passar da fase insurrecional à implantação do regime socialista.

lógicas e organizativas para passar da fase insurrecional à implantação do regime socialista.

Frisemos que, como atividade básica da vanguarda revolucionária, o trabalho teórico está presente em qualquer etapa da luta de classes, e se exerce em dois sentidos: através da análise e interpretação das condições objetivas em que se desenvolve o processo político, quando permite a formulação correta da estratégia e da tática a serem adotadas pela esquerda e impede o florescimento de concepções sectárias e aventureiras; e através da luta movida contra a ideologia burguesa, quando contribui para o avanço da consciência de classe do proletariado e corta pela raiz os desvios de caráter reformista e oportunista, que a esquerda enfrenta em cada momento de sua atuação.

Encarada, assim, a marcha do processo revolucionário em suas relações com o desenvolvimento da luta de classes, torna-se necessário situar com clareza as tarefas prioritárias que cabem, neste momento, à esquerda revolucionária, e que consistem, basicamente, em sustentar sem tréguas a luta ideológica contra a ideologia burguesa e suas contrafações esquerdistas (reformistas), de modo que desenvolva no proletariado a consciência de classe; e participar ativamente da luta espontânea das massas, criando simultaneamente, condições para suscitar a luta dirigida contra o poder burguês, a luta de classe — a fim de, dentro do processo, organizar politicamente as massas sob a direção de um Partido revolucionário.

Estudar, propagar, agitar, organizar — são estas direções fundamentais que presidem à ação da esquerda revolucionária na presente etapa da luta de classes.

2. Problemas táticos do movimento revolucionário

Para o desempenho de suas tarefas, choca-se, atualmente, a esquerda revolucionária com problemas de duas ordens:

em primeiro lugar, os que resultam das próprias condições em que se desenvolve sua luta e das formas que assume — isto

é, do fato de a luta desenvolver-se no bojo de um regime burguês e com base na luta espontânea das massas e de ser forçada a optar, preferentemente, pelas formas legais; em segundo lugar, os problemas provocados pela divisão de forças e pela insuficiência teórica da própria esquerda.

Levar avante as tarefas da revolução burguesa, batendo-se para que o proletariado assuma a liderança da luta e desfralde a sua própria bandeira — tal diretriz constitui a melhor maneira de preparar o advento do socialismo e vale como regra geral para a atuação da esquerda revolucionária, mas não suprime as dificuldades que tem de enfrentar para corrigir a tendência natural da luta espontânea das massas a enquadrar-se na política burguesa ou pequeno-burguesa. Efetivamente, se a correção dessa tendência tra-duz-se, no plano teórico, na luta contra o reformismo, há que evitar, ao fazê-la, os desvios representados pelo sectarismo e pelo aventureirismo, capazes de levar o movimento revolucionário ao isolamento estéril ou de lança-lo em empreitadas sem vinculação com as condições reais de luta. Somente o conhecimento do marxismo-leninismo e sua aplicação correta à realidade brasileira dão à esquerda os elementos para formular sua tática revolucionária sem os vícios do reformismo, do sectarismo e do aventureirismo — o que supõe, portanto, a tarefa de formação de quadros e de elevação do seu nível teórico.

A fraqueza numérica dos diferentes grupos que compõem a esquerda revolucionária e a insuficiência das posições que detêm no movimento de massas impõem, por outro lado, uma conjugação de esforços, que lhes dê condições para enfrentar satisfatoriamente o trabalho de massas. Tal conjugação, que constitui exigência imediata, representa, também, passo preparatório à sua unificação em um Partido revolucionário, capaz de guiar o proletariado à conquista do poder. Atende, finalmente, à necessidade de agrupar todas as forças de esquerda em uma frente ampla, dirigida pela vanguarda

revolucionária, que oriente a ação de massas em larga escala e abale, assim, radicalmente, os suportes da dominação burguesa.

Enquanto não se atinge, entretanto, a fase das grandes batalhas, e sendo de esperar, no período atual, como já frisamos, um descenso do movimento de massas, a esquerda revolucionária terá de encontrar formas de atuação que, adequadas à sua expressão numéricas e à penetração de que dispõe junto às massas, lhe permitam cumprir as tarefas de propaganda, agitação e organização que lhe cabem. O problema é tanto mais urgente quanto se trata de explorar as brechas que vai abrir a implantação do programa de estabilização financeira, e impedir que a fase crítica que ora atravessa o processo capitalista seja superada pacificamente.

Estimular a formação dos comitês de fábrica, capazes de se constituírem em focos de irradiação ideológica e de ação organizativa em cada concentração operária, entrosando-a com as organizações sindicais; estimular os movimentos de reivindicação salarial, na medida em que, por mais modestos que sejam, dificultam o plano de estabilização financeira e colocam os operários em contraposição a êle; explorar o descontentamento que o referido plano vai suscitar na classe média e na pequena burguesia; atuar no processo de reformas burguesas, radicalizando as reivindicações das massas (a fim de forçar a burguesia ao máximo de concessões) e denunciando o caráter burguês das reformas efetuadas; sistematizar e desenvolver o processo de organização dos camponeses, estimulando a ocupação de terras e os choques armados; promover uma política de conquista de posições-chave no movimento sindical e estudantil; lançar as bases para a constituição de uma frente de classe proletária, ligando as massas urbanas às massas rurais; denunciar continuamente a opressão burguesa nas formas concretas que assume; difundir, por todos os modos, o marxismo-leninismo, desmascarando as contrafações

de que é objeto por parte das correntes burguesas e reformistas — tudo isso está a exigir dos grupos da esquerda revolucionária uma maior eficiência de ação e portanto, uma ação coordenada dentro de um plano comum. O atendimento de tal exigência — no plano de cada organização e no da atuação conjunta — pressupõe um reforçamento interno de cada grupo, do ponto de vista da estrutura e da disciplina revolucionária, e depende, em última instância, da qualidade dos quadros de que eles puderam dispor.

As condições em que se vai desenrolar, agora, a luta de classes, sob o guante reforçado da opressão burguesa, dificultam,

por um lado, a ação da vanguarda revolucionária, na medida em que estimulam o reformismo; mas, por outro lado, a facilitam, por desencorajar os radicais e extremistas de última hora, permitindo assim um trabalho mais seguro. É do nosso grau de lucidez e da disposição revolucionária de que fizermos prova que vai depender, agora, a superação desta etapa e o ingresso em uma nova fase ascensional do movimento de massas. É necessário que, quando isto se der, o proletariado brasileiro esteja organizado para transformá-la rapidamente em insurreição e marchar daí para a conquista do poder, com os olhos postos na instauração do Brasil Socialista.

O movimento camponês no Brasil

TESE APROVADA NO II CONGRESSO

A história do Movimento Camponês no Brasil ainda está por ser escrita. Sobre o assunto existem apenas artigos esparsos, que sofrem deficiências devidas ao partidarismo ou ao impressionismo. Isso se deve sobretudo à ausência de análises profundas da estrutura rural brasileira, das mudanças verificadas nesta pelo processo da penetração do capitalismo no campo.

Essa tese apresenta várias deficiências, tendo-se em conta a ausência de uma fundamentação econômica do problema agrário. O que ela contém de mais interessante é sobretudo a descrição — baseada em parte numa vivência pessoal — de como se formou o movimento de Ligas Camponesas, sob a orientação de Francisco Julião.

Quanto às críticas ao trabalho do Partido Comunista Brasileiro no campo, fundamentam-se principalmente nas críticas de caráter geral que a êle fazemos, visto que esse Partido ainda não divulgou material suficiente para uma análise mais completa de seu trabalho junto ao campesinato.

No II Congresso Nacional da Política Operária, essa tese teve como objetivo, na medida do possível, fornecer alguns elementos à compreensão do estágio atual da luta camponesa dos últimos anos, de suas deficiências e de sua crise, e a partir daí formular algumas proposições concretas sobre o nosso papel nessa luta.

A sua publicação justifica-se, quando consideramos que o assunto é de extrema importância e que é hora, portanto, de incentivar-se um debate ideológico sobre ele, de maneira mais objetiva e sincera, sem termos as deturpações e os rótulos que por certo surgirão, motivados por posturas emocionais.

A experiência Julião

Na década de 40, o PCB tentou a organização do campesinato, sobretudo no Nordeste. Sobre essa primeira tentativa de fundação de Ligas, alegam os comunistas que não deu certo porque o governo Dutra colocou o Exército em função de sua dissolução. O argumento é fraco e parece-nos que apenas serve para confirmar a hipótese de que tal tentativa de organização não tinha bases sólidas e teria, necessariamente, de frustrar-se no nascedouro. Sobre o assunto não há, ao que se saiba, dados a partir dos quais se possa analisar a experiência. O que nos parece claro, no entanto, é a precariedade da máquina organizativa do PC da época, em relação ao trabalho camponês. Não nos cabe aqui demonstrar quais os fatores dessa precariedade e passaremos, portanto, a analisar o movimento camponês que surgiu em meados da década de 50, com a fundação da primeira Liga Camponesa, no Engenho da Galileia, no Estado de Pernambuco.

Essa Liga, fundada pela própria iniciativa dos camponeses, tinha inicialmente um caráter de associação beneficente. Julião surgiu como o advogado e o deputado que daria cobertura jurídica e legislativa às pretensões dos camponeses. E quem era Julião? Um político, socialista, pequeno-burguês, honesto e já com alguma sensibilidade diante do problema camponês. Apresentou o projeto de entrega do Engenho Galileia aos camponeses, e, sendo este aprovado, tornou-se um líder do campesinato nordestino, que passou a identificar, na figura tornada mística do deputado, o seu protetor.

Com isso, Julião conseguiu juntar ao seu redor estudantes e intelectuais pequeno-burgueses, que se entusiasmaram pela agitação no campo, e tornou-se, nada mais nada menos do que ele próprio afirma, um "agitador social". Convenceu-se de sua força mística, de sua identificação com as massas famintas do Nordeste e de sua liderança. O movimento espontâneo do campesinato nordestino crescia e a sua lenda começou a correr pelo Brasil. Não havia nenhuma organização séria que se empenhasse em estudar as condições de um trabalho consequente no campo. Foi então que Julião e o grupo que o cercava resolveram generalizar definitivamente as experiências limitadas que tiveram. Foram criados estereótipos em torno da figura do camponês, de suas condições de luta, do seu individualismo e de sua força revolucionária. O caráter agitado das Ligas encobria a incapacidade de seus fundadores de orientá-las para uma forma de luta mais consequente, isso porque, devido à ausência de uma organização revolucionária consequente que orientasse o trabalho, tudo passou a girar em torno do mito Julião. O "agitar por agitar" foi-se desgastando, até o ponto de não se saber mais o que fazer com a massa nordestina agitada. Esgotados os recursos jurídicos, Julião e seu grupo conseguiram despertar na massa uma descrença perante as leis. Mas, e agora? O que se poderia oferecer ao campesinato como forma de luta? A Reforma Agrária foi a palavra de ordem que adotaram. Mas que espécie de Reforma Agrária? Não interessava, pois tratava-se apenas de agitar. E o slogan vazio de Reforma Agrária se espalhou pelo Nordeste. Além dele, Julião e seu grupo não tinham mais nada a oferecer, mas tinham toda a Região Centro-sul a conquistar, a levar a sua agitação, o seu nome, a sua experiência, a sua mística. Foi assim que Julião deixou os campos nordestinos agitados, po-

rém desorganizados, empenhando-se, juntamente com o seu grupo, em fazer o mesmo trabalho no Sul. Agora seria mais fácil, pois teriam apenas de orientar e coordenar os novos agitadores em potencial retirados entre os intelectuais e estudantes, encontrados facilmente em todos os Estados.

A orientação que trouxeram era composta dos mesmos estereótipos que funcionavam no Nordeste e estava contida em 4 normas práticas:

1.º) O camponês que possui cultura própria (arrendatário em geral) tem muito mais condições de ser organizado, visto que a luta jurídica é, praticamente, quase que a única forma de luta no campo, pois enquanto o "caso" está na Justiça — o que demora anos e anos — o camponês se mantém na terra e tem condições de sobreviver e de resistir às pressões. O direito de propriedade privada era usado como móvel de luta.

2.º) Os assalariados são, portanto, extremamente difíceis de serem organizados, pois não têm condições de resistir a luta, além de representarem uma parcela inexpressiva da população rural.

3.º) A Liga Camponesa deve ser uma organização a mais flexível possível e o camponês não deve ser pervertido pelas doutrinações "sectárias". Deve-se apenas inculcar em seus filiados a convicção de que a luta jurídica não funciona e que, portanto, devem preparar-se para conseguir pela força, na marra, o *direito à posse da terra*.

4.º) Devem ser constituídos um ou vários Conselhos de pequenos-burgueses, que orientarão o trabalho.

A orientação de Julião e seu grupo não avançou nada, além disso. Funda-se uma Liga a partir de um caso jurídico, forma-se um Conselho de pequenos-burgueses na cidade e prega-se uma reforma agrária que dará terra a todos. Essa orientação, que se preocupava apenas com as forças passíveis de uma agitação a curto prazo, descuidando-se dos assalariados — elemento fundamental para o encaminhamento socialista da questão agrária, devido ao caráter proletário de suas reivindicações — e fugindo à formação política, não deu os passos necessários para a organização efetiva do movimento camponês.

O Partido Comunista e o caráter de suas associações camponesas

Com o surgimento, em cena, das Ligas Camponesas, o PC voltou a demonstrar preocupação pelo problema camponês. Inicialmente, tentou fazer um jogo duplo: por um lado fundava associações próprias que ficavam totalmente sob seu controle e, por outro, infiltrava elementos no trabalho das Ligas, visando levá-las a sua tutela. Contudo, as rixas e as disputas foram inevitáveis e, em geral, o que aconteceu foi a divisão de águas na maioria dos Estados. Foi fundada a ULTAB, com sede em São Paulo, que passou a funcionar como Confederação.

As associações camponesas fundadas pelo PC incorreram ainda em erros mais graves que a das Ligas, na medida em que tentaram organizar as massas rurais para a luta reformista, na velha base do nacionalismo democrático e da frente única. Isso porque, embora a premissa organizativa do PC fosse, em princípio, correta — enquanto procurava formar no campo quadros partidários e células do Partido — pecava pelas deficiências fundamentais do Partido, devido ao seu caráter oportunista e de cúpula, à ausência de critérios no recrutamento e às deficiências na formação de quadros.

Assim, não conseguiam nem ao menos agitar o campesinato, como faziam as Ligas, isso porque, devido às deficiências de sua máquina burocrática, nem mesmo as lutas jurídicas podiam ser efetivadas e a massa camponesa sobre a qual era exercida sua tutela não sofreu nem as motivações mais primárias que uma assistência legal poderia oferecer. É claro que houve também exceções, como o caso de Formoso, em Goiás. Contudo,

mesmo em casos como esse, o que vemos é o desperdício de excelentes condições de organização e politização que o PCB poderia ter aproveitado a fim de dar ao movimento camponês um caráter mais consequente. Formoso é o exemplo mais lastimável disso, tendo-se em conta que o Partido Comunista Brasileiro exerce total controle sobre a região, que é considerada por muitos até como uma República Camponesa. No entanto, o trabalho permanece estagnado, a massa sem a mínima formação marxista-leninista, fechada em um círculo isolado e seus líderes levados a participar de disputas políticas de forma inconsequente.

O Primeiro Congresso Nacional de Camponeses, organizado praticamente pelo PCB, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, foi, sem dúvida, uma tentativa de unificação do movimento camponês, contando com a participação das Ligas. Esse trabalho, que serviu para assustar bastante as classes dominantes e para a radicalização de setores da intelectualidade pequeno-burguesa, não pôde sofrer um processo de continuidade, uma vez que o tão propalado Congresso da Aliança Operário-Estudantil-Camponês não se efetivou, devido ao reformismo do PCB, que preferiu concentrar esforços na Frente de Libertação Nacional e no Congresso de Libertação Nacional, e ao aventureirismo das cúpulas das Ligas Camponesas que preferiram adotar, como tática de luta, processos conspirativistas.

O PCB tem tentado organizar congressos camponeses regionais, mas o caráter reformista de sua linha política não permite que nesses Congressos sejam tomadas medidas mais consequentes para o avanço da luta camponesa.

As organizações camponesas "Cristãs" e "Democráticas"

Dirigidas por padres católicos, o trabalho dessas organizações vai intensificar-se, sobretudo no Nordeste. Seus objetivos são os de "salvar o campesinato da influência subversiva das Ligas", na medida em que estas se radicalizaram e passaram a levantar a bandeira da Reforma Agrária.

Com a aprovação da lei de sindicalização rural, as associações "democráticas", tenderão à proliferação por todo o Brasil e encontrarão facilidade, devido aos métodos assistencialistas que empregam, caso o trabalho das Ligas Camponesas continuar a discriminar os assalariados agrícolas. Assim sendo, existe uma grande possibilidade do surgimento de uma força contra-revolucionária no campo. (*)

A crise do movimento camponês

O fim do ano de 1962 marca uma crise aguda no movimento camponês. Essa crise, contudo, apesar da gravidade que possa aparentar num primeiro momento, pode representar, sem dúvida, um avanço para o movimento revolucionário brasileiro, na medida em que, através de uma compreensão profunda de suas origens, pudermos traçar diretrizes novas para o encaminhamento da luta do campesinato.

(*) Apenas para exemplificar a tendência ao proliferamento dessas Associações, até o início do ano de 1962 havia no Brasil apenas 5 sindicatos rurais. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, foram imediatamente legalizados aproximadamente 25 sindicatos, sendo 80% deles controlados pelos padres. Segundo o Ministro do Trabalho, em declaração divulgada pela imprensa, esse número já teria subido para 78, desconhecendo-se a orientação política dos novos. Torna-se, pois, absolutamente necessário que as esquerdas revolucionárias se empenhem também no trabalho da formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Os germens da crise estavam na própria maneira pela qual os dirigentes das Ligas concebiam a sua organização, tanto em nível regional como nacional. Devido à ausência de uma organização marxista-leninista que comandasse o trabalho de organização do campesinato, tal tarefa coube, como frisamos anteriormente, a Julião e seu grupo. Estes, em suas peripetias pelo Centro e pelo Sul do país, levaram suas experiências e suas técnicas de atuação, que logo eram assimiladas, sem nenhum espírito crítico, por grupos de estudantes e intelectuais, profissionais liberais e antigos militantes do PCB, então desgostosos com êle. A justeza da causa, ajuntada com a mística do movimento e de seus líderes, entusiasmaram-nos, levando-os para o campo, em busca da arregimentação dos camponeses em associações. Com a fundação da primeira Liga Camponesa já se podia constituir um Conselho na cidade e manter contatos com o grupo Julião. Assim, surgiram os movimentos de Ligas em São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, etc.

Depois de já existir um Conselho em vários Estados, pensou-se em formar um Conselho Nacional de Ligas Camponesas. Este Conselho seria composto de todos os presidentes dos Conselhos estaduais. Praticamente foram realizadas duas reuniões nacionais, quando se discutiu a fundação oficial de Ligas em alguns Estados, visando promover o movimento e seus líderes, quando foi elaborado um documento sobre a Revolução Agrária e se tentou fazer uma distribuição de tarefas nacionais. Contudo, não se pensou então em traçar as diretrizes políticas para o movimento camponês, não se cogitou da elaboração de um regimento interno, em plano nacional, das Ligas, não existiu um programa de lutas a ser empreendido pelas Ligas. As experiências regionais eram trocadas, cada qual procurando, à custa de mentiras, superestimar as suas experiências. Assim, até mesmo a convocação para a reunião desse Conselho, ficava entregue a uma ou duas pessoas, que faziam quando julgavam conveniente. Meses e meses se passaram sem que o Conselho Nacional se reunisse a fim de conhecer e de apreciar os problemas que surgiam nos Estados. Os movimentos estaduais eram encaminhados na base da improvisação. Nunca se cogitou, ao menos, de se fazer estudos regionais sobre a possibilidade de fundação de Ligas (com exceção do Conselho de Minas Gerais que tentou fazer um trabalho planejado, porém sem grandes êxitos), sobre os métodos de formação de uma vanguarda camponesa.

Em meados de 62 tentou-se formar o Movimento Radical Tiradentes, que seria amplo e indefinido, com finalidades também agitativas, cuja função seria a de dar cobertura urbana às futuras mobilizações camponesas. Tudo isso, em moldes bem caricaturados do 26 de Julho. Contudo, era tarde demais para tentar dar base a um edifício que ruía. A cisão interna liquidou tal movimento em sua origem.

Praticamente, a partir do I Congresso Nacional de Camponeses, à palavra de ordem Reforma Agrária se acrescentou Radical. Não se procurou, contudo, definir em que consistia esse radical. Julião alegou sempre que êle, como simples "agitador social", não era capaz de definir o caráter da Reforma Agrária, pois só os camponeses poderiam, legitimamente, defini-la. Entretanto, nunca se tentou formar uma efetiva vanguarda operário-camponesa que, a luz dos princípios do marxismo-leninismo, pudesse definir, objetivamente, o caráter da luta.

Para nós, toda a explicação da crise do movimento camponês deve ser buscada na incapacidade de seus líderes em definir o caráter do movimento. Assim é que os setores da pequena-burguesia (estudantes, intelectuais, profissionais liberais) ligados a esse movimento e que sofreram um intenso processo de radicalização desde a crise de agosto, passaram a adotar o conspirativismo como método de luta, abandonando, sobretudo no Nordeste, em Goiás, no Rio, em São Paulo, Rio Grande do Sul, o trabalho de organização

de massas em torno de Ligas. Passou a existir, pois, uma crise latente no movimento de Ligas Camponesas, que iria eclodir com o fracasso dos métodos de luta conspirativista, que teve como consequência a cisão do movimento, não em torno de orientações políticas distintas, mas em termos de desentendimentos e mágoas pessoais.

Essa crise no movimento de Ligas atinge, sem dúvida, todo o movimento camponês — para não dizer as consequências para as esquerdas em geral — na medida em que se considera que o PC Brasileiro continuará o seu trabalho nos antigos moldes já descritos, enquanto as associações "democráticas" tenderão a fortalecer-se e a afirmar-se como uma força negativa no campo brasileiro.

Portanto, para as esquerdas revolucionárias, o problema que se coloca nesse momento, é o de assumirem a direção do movimento camponês que agora terá, necessariamente, ou de entrar em uma nova fase ou de se perder e liquidar.

É claro que não se trata agora de querer jogar fora toda a experiência obtida nesses últimos anos por Julião e seu grupo. Nossa tarefa é, tendo em vista o papel positivo que desempenharam na agitação do problema camponês, superar essa fase predominantemente agitativa do processo revolucionário no campo, através da abertura de uma nova fase que deverá ser a de efetiva organização do campesinato brasileiro em dois níveis: no partidário e no das associações de massa.

Companheiros, essa é a tese que trazemos para ser discutido no II Congresso Nacional da Política Operária. Não podemos deixar o campesinato brasileiro entregue à sua própria sorte. Temos de superar as falsas concepções que, inclusive, eram adotadas por muitos de nós, segundo as quais o imediatismo do campesinato, na medida em que reivindicava a terra, levava ao mediatismo, porquanto acreditávamos que o problema da terra colocaria em questão toda a estrutura social brasileira. Esquecíamos que, para que isso ocorresse, era necessário uma massa camponesa bem formada ideologicamente, a fim de não se deixar levar pelas soluções paliativas da burguesia. Procedendo desta maneira, estávamos contribuindo para a formação no campo de uma pequena burguesia individualista e contra-revolucionária.

Perspectivas do Movimento Camponês

O movimento camponês no Brasil, até agora, tem sido um movimento espontâneo, brotado do aguçamento das contradições internas da sociedade brasileira. A penetração do capitalismo no campo, lenta mas progressiva, tem provocado: 1.º) uma maior acumulação da propriedade da terra; 2.º) o rompimento das relações de produção tradicionais, através de vastas camadas camponesas; 3.º) a intensificação do desemprego disfarçado e as constantes migrações dentro do campo e para as cidades. Isso tem como consequência o agravamento da miséria do campesinato, o que é uma contradição aguda com as necessidades que sofre o capitalismo industrial de criação de novos mercados. A burguesia vive, pois, um duplo impasse de ordem econômica e de ordem política, na medida em que começa a existir uma forte tendência à radicalização por parte de amplos setores de trabalhadores rurais, que são atingidos, de maneira desfavorável, pela desagregação das formas tradicionais de produção. A esse duplo impasse a burguesia brasileira terá de responder através de seus próprios métodos. Parece-nos ponto pacífico que qualquer tipo de revisão agrária que seja adotado pelo governo Jango — pois, ao que tudo indica, será uma de suas principais metas — tenderá a amortecer a revolta espontânea e sem rumo que tem vivido o campesinato. Contudo, a burguesia brasileira terá de enfrentar uma série de dificuldades para fazer a sua reforma agrária e, talvez, a maior delas esteja

em sua divisão interna. Diante disso, cremos que somente o campesinato organizado e unido à classe operária poderá barrar o caminho desse reformismo burguês e impor as suas próprias soluções, dentro de um programa que exprima os interesses dos trabalhadores brasileiros.

Como marxistas, sabemos que somente o socialismo representa uma solução real para o campo no Brasil. Esta é, porém, uma meta que impõe, para sua efetivação, um árduo processo de luta, dentro do qual teremos de levar em conta não somente o fato de que a revolução burguesa no campo não foi levada às suas últimas consequências como também o grau de amadurecimento do campesinato e o avanço das lutas de classes no campo. Assim, embora tenhamos consciência da incapacidade da burguesia de concluir sua revolução no campo, dados os compromissos que mantém com a oligarquia rural e mais ainda devido ao fato de sua relativa territorialização, somos forçados a formular como programa de ação palavras de ordem de acordo com as condições reais de luta que enfrentamos. O que nos importa, primordialmente, é mobilizar o campesinato e vinculá-lo à classe operária, numa sólida frente de classes capaz de levar a termo a derrubada do sistema latifundiário-burguês do país.

Parece-nos óbvio também que a reforma agrária deve ser não só uma reivindicação camponesa mas de todas as camadas populares, sobretudo do operariado, que, em sua grande maioria, tem suas origens no campo, assim também como muitas das reivindicações operárias, tais como casa, hospital, escola, salário mínimo, etc. devem ser reivindicações camponesas.

No Brasil, onde já existe um grande contingente proletário e cujo papel nas forças produtivas o torna a força de vanguarda, ao proletariado caberá o encaminhamento da luta revolucionária, sendo o destino do campesinato o destino desse proletariado, pois só através da Aliança Operário-Camponesa poder-se-á efetivar uma mudança qualitativa na estrutura social brasileira. Mas para que essa aliança possa existir efetivamente é necessária a formação de uma vanguarda camponesa marxista-leninista, tão conseqüente como uma vanguarda operária. A essa vanguarda, pertencente ao Partido Revolucionário que hemos de criar e orientada por êle, caberá todo o processo de organização do campesinato através de um trabalho que atinja a todas as categorias de camponeses e utilize todas as formas possíveis de luta. Não podemos mais continuar aceitando dogmas como o da assistência jurídica, o da dificuldade extrema em mobilizar os assalariados rurais, o da ineficácia da formação de sindicatos etc, pois são falsos problemas colocados a-priori, que temos de analisar com espírito crítico, procurando superar certos preconceitos e o comodismo que tem impedido que novas frentes de luta sejam abertas.

Para nós, a partir de agora, em que já existem várias zonas rurais agitadas, trata-se de organizá-las. Nossa meta deverá ser a de formar associações, Ligas, Sindicatos, Federações e Confederações Camponesas, através da preparação de quadros bem formados, a fim de que o campesinato tenha condições de participar conscientemente das decisões sobre o seu destino.

Essa nova proposição representa, de nossa parte, uma crítica aos métodos aventureiros-conspirativistas de luta. Nosso objetivo será fundamentalmente politizar e organizar o campesinato. Assim procedendo, cada Liga, cada Sindicato, cada Associação Camponesa será uma trincheira, pois as armas são o complemento da consciência revolucionária e todo o problema de tomada do poder está centrado sobretudo nesta.

O Crescimento do Movimento Operário e as Tarefas da Vanguarda

Eurico mendes

1 — RETROSPECTO HISTÓRICO

Na fase inicial de seu processo de formação, o proletariado brasileiro conheceu uma época de radicalismo agudo, que teve o seu auge com a greve geral de 1917. Era a fase do sindicalismo revolucionário, principalmente em sua variante anarquista, que dominava uma vanguarda muito ativa da classe operária, e que, em momentos de crise, conseguiu mobilizar vastos setores do proletariado.

A característica dessa fase é o radicalismo, mas não propriamente como um produto do amadurecimento da experiência política. Correspondia, ao contrário, muito mais à pouca experiência do proletariado nacional e é marcado por todos os "infantilismos" próprios dos movimentos novos. Essa tendência reinante no meio operário fora importada da Europa com uma geração de operários e artesãos vindos principalmente de países do Mediterrâneo, onde o marxismo tinha menor penetração.

De fato, os imigrantes revolucionários representaram, por muito tempo, a parte mais ativa do proletariado. Suas concepções predominantemente adversas à luta política, sua recusa em admitir o papel do partido operário, tiveram como resultado a concentração da vida política nos sindicatos, que às vezes eram altamente politizados e, frequentemente, tomavam funções de partido de massa.

Esse estado de coisas pôde satisfazer as necessidades da luta nessa fase inicial, quando a industrialização era ainda incipiente. Mas, mesmo sem o posterior impacto da revolução russa e do movimento comunista mundial, a classe operária teria procurado novos caminhos, quando se fizeram sentir os efeitos da expansão industrial da Primeira Guerra Mundial e dos anos de após-guerra. O ponto alto dessa primeira fase do movimento operário — a greve geral de 1917 — marcou simultaneamente o início de seu rápido declínio.

Nos anos seguintes observa-se a reorientação da parte mais consciente do movimento operário de vanguarda, que se passa sob o signo da adesão ao comunismo. A formação do primeiro movimento

comunista no Brasil foi acompanhada de improvisações. Não havia praticamente no Brasil uma experiência de luta socialista, tal como fora criada nos bons tempos da II Internacional. A passagem do anarquismo e do sindicalismo revolucionário ao comunismo foi direta. O Partido Comunista nascente ainda estava marcado por essa fase anterior. Fundado em 1922, pediu o seu ingresso na Internacional Comunista, no 4.º Congresso, sendo rejeitado o seu pedido por falta de maturidade política e o PCB admitido provisoriamente como "seção simpatizante".

O processo de amadurecimento foi, na melhor das hipóteses, lento. Admitido, finalmente, na I.C., após a morte de Lênin, numa época em que já se sentia o impacto das lutas de facção do Partido soviético no comunismo internacional, o jovem PCB sofreu todas as reviravoltas do movimento comunista mundial, sem ter tido tempo para opor aos esquemas internacionais importados uma concepção de luta própria, adaptada à realidade brasileira. Voltando às fontes do radicalismo — estimulado pelo ultraesquerdismo reinante na IC — desenvolveu a tática estéril do "obreirismo", chegando, com seu sectarismo, rapidamente a um beco sem saída. Só soube superar essa época com um enxerto de elementos pequeno-burgueses radicais no Partido: um grupo de tenentes sob a liderança de Prestes. Estes tomaram a liderança de fato do movimento, criando possibilidades para seu crescimento, mas à custa do caráter de classe do Partido.

Ausente por muito tempo do cenário político, em virtude da derrota de 1935, o PCB voltou à tona e cresceu como partido reformista. Entre 1939, quando os primeiros grupos ilegais começaram a pregar o "apoio à industrialização de Getúlio", a "aliança com a burguesia progressista", oficializada pelo Partido em 1945, e a "aliança com a burguesia nacionalista", promulgada em 1958, uma geração de operários industriais foi educada no espírito da colaboração de classe, prolongando-se desse modo, no seio do proletariado, o paternalismo estatal herdado do Estado Novo. Na fase decisiva para a formação do proletariado brasileiro, em que o país

passou por uma industrialização sem precedentes, absorvendo em ritmo acelerado uma legião de camponeses e pequeno-burgueses proletarizados, o PCB não estava presente como fator de educação comunista das massas. Estas, por sua vez, lenta mas seguramente se decepcionaram com a política reformista do Partido, o que não pôde deixar de repercutir nas próprias bases do organismo. As lutas de facção e as cisões sucessivas no Partido são um indício de que a fase do predomínio reformista, sob rótulo comunista, no movimento operário, está chegando ao fim. Todavia não se armaram ainda as forças para preencher o vácuo.

O problema da criação de um movimento operário comunista no Brasil continua na ordem do dia, embora as condições objetivas — o desenvolvimento do país e a experiência de 40 anos de luta — criassem premissas incomparavelmente mais favoráveis para isso do que as reinantes em 1922.

2 — INDEPENDÊNCIA DA CLASSE OPERÁRIA

A condição fundamental para o surgimento de um movimento operário comunista de massas no país, é a conquista da independência ideológica e política do proletariado brasileiro.

Marx tratava o proletariado como classe "em si" e como classe "para si". Como classe "em si" entendia o proletariado já formado no processo econômico capitalista, mas que ainda não tomou consciência do seu papel social e ainda segue, politicamente, a classe dominante. O proletariado torna-se classe "para si" na medida em que cria seus organismos econômicos e políticos próprios, opostos à classe dominante; e começa a levantar reivindicações próprias em escala nacional, que desafiam toda a superestrutura da sociedade. Em outras palavras: na medida em que adquire consciência de classe. Para o nosso proletariado, esse processo está em pleno curso, mas sofreu considerável atraso, justamente pelo reformismo reinante nas últimas décadas.

Para o proletariado brasileiro, nas condições concretas em que se formou, o reformismo teve um papel diferente daquele tradicional surgido nos países industrializados mais antigos. Na Europa, por exemplo, o reformismo afirmou-se após uma fase de intensas lutas, lideradas ainda por partidos socialistas revolucionários, durante a qual se formara

uma classe operária politicamente definida e independente. Como resultado, o proletariado francês, ou italiano, ou mesmo inglês, conservou a sua noção de classe, adquirida também, quando se limitava a lutas pela simples melhoria da sua situação dentro dos quadros da sociedade burguesa e essa é a essência do reformismo. Naqueles países, o proletariado nunca votará num candidato burguês (a não ser que o partido reformista mande), não fornece mais o campo de ação para movimentos populistas, e distingue nitidamente entre forças operárias e burguesas, pelo menos no sentido político. As tradições das lutas do passado criaram a classe "para si", que sobrevive, apesar do reformismo. O mesmo não se pode dizer no nosso caso.

O nosso proletariado, em parte, não teve tempo suficiente para criar essas tradições próprias. E uma das principais causas disso foi a política reformista que o manteve sistematicamente a reboque da classe dominante, de "apoios" e de "colaborações", política que, no Brasil, só pôde ser realizada à custa dos interesses mais elementares de classe, mesmo dentro do quadro da sociedade burguesa. O resultado é que o populismo, isto é, a liderança burguesa, dominou por muito tempo as massas de trabalhadores e ainda representa um perigo agudo.

Por outro lado, não queremos levar longe demais a comparação com o reformismo europeu. As condições econômicas reinantes em um país subdesenvolvido como o Brasil, oferecem maiores possibilidades de combate a qualquer forma de reformismo. A premissa para isso, todavia, é que seja realizado no seio do proletariado brasileiro — e em prazo curto — persistente trabalho ideológico, que acompanhando as lutas parciais, desperte e forme a consciência de classe. Sem isso o proletariado não se tomará classe "para si" e continuará sendo massa de manobra para as diversas facções da burguesia.

3 — CLASSE E PARTIDO

O partido operário de massa já supõe a existência de um proletariado politicamente emancipado da tutela burguesa. Por outro lado, essa independência não vem espontaneamente, sendo, por sua vez, produto da atuação constante de uma vanguarda, que cresce qualitativamente e quantitativamente como setor mais consciente da classe.

Os marxistas sempre tiveram uma noção clara do fato de que a consciência socialista das massas não surge espontaneamente. Ela é trazida *de fora para dentro* à classe operária. As divergências históricas sobre a correlação entre organização e movimento espontâneo, por exemplo, entre Lênin e Luxemburgo, não devem fazer esquecer que ambos avaliavam, na prática, do mesmo modo a importância da educação socialista sistemática e diária das massas proletárias. Foi Lênin quem formulou mais claramente, em princípio, o papel do partido proletário.

A história de mais de um século de movimento revolucionário mostra que o surgimento dos partidos operários foi produto da fusão das teorias revolucionárias, isto é: do marxismo, com o movimento operário já existente. Foi desse modo que, após três décadas de propagação das teorias de Marx e Engels, se formaram os primeiros partidos proletários na Europa Ocidental e Central. Foi de modo semelhante que, na Rússia, após intensas lutas ideológicas no seio das vanguardas revolucionárias, o marxismo se impôs, permitindo a mobilização do proletariado russo, sob as formas específicas que a luta contra o czarismo exigiu. O ponto crítico neste processo é justamente o momento em que a vanguarda está, de fato, em condições de oferecer soluções à luta diária do proletariado e em que o movimento operário começa a dar ouvidos aos revolucionários que vêm de fora. A face do partido nascente será determinada pelos dois fatores que contribuem primordialmente para a sua formação: pelo nível da vanguarda teórica, que geralmente se constitui de intelectuais revolucionários, estudantes e operários já politizados, e pelas tradições de luta que a massa operária já criou.

Os marxistas portanto, não criam simplesmente o partido; quanto mais alto porém, o seu nível, — isto é, seu conhecimento das leis da luta de classes — tanto maior será o potencial de luta de todo o futuro partido. O movimento operário tradicional, por sua vez, não poderá ser simplesmente absorvido. Sua aceitação das teorias marxistas revolucionárias e das conclusões práticas decorrentes importa num processo de transformação qualitativa, que não se dá sem lutas internas; mas, como se trata de um processo dialético, os elementos de negação são reencontrados em nível mais alto. Por isso, o partido marxista francês tinha

de ser diferente do alemão, e o alemão diferente do russo.

Pois, antes dos marxistas franceses, alemães e russos surgirem no cenário, os operários daqueles países já haviam desenvolvido formas de luta próprias. Esta é a razão pela qual qualquer tentativa de imitar ou transpor mecanicamente as formas organizatórias de movimento de um país para outro, sem adaptá-las às condições concretas, sem reconhecer a diferenciação dentro da unidade revolucionária, estava fadada ao insucesso. O que tornou os marxistas uma força material, nos diversos países, foi sua capacidade de lidar com seu proletariado.

4 — QUAL É O NOSSO PAPEL?

A Organização Revolucionária Marxista POLÍTICA OPERARIA formou-se para preencher a lacuna da falta de uma vanguarda marxista entre nós, propondo-se, como tarefa fundamental, a formação de um partido revolucionário marxista, nos termos expostos acima, como premissa da revolução socialista no País. Mas o que, antes, era uma posição de princípios, em torno da qual agrupamos as primeiras forças, já se torna hoje uma tarefa. Enfrentamos agora, o problema prático da penetração orgânica na classe operária. E se coloca, então, o problema da mobilização de todas as forças que possam influir diretamente no desenrolar da luta do nosso proletariado, em escala nacional, como condição do surgimento de um partido revolucionário no País.

Nos dois anos que se passaram, desde a fundação da organização, algumas mudanças decisivas se deram no panorama político. Em primeiro lugar, as concepções revolucionárias, defendidas antes unicamente por nós, expandiram-se nas esquerdas. Produziu a cisão do PC, com a formação do PC do Brasil. Tivemos a experiência do MRT, que, sem dúvida, radicalizou a Esquerda e que, com a cisão, contribuiu para seu amadurecimento. Apesar de que essas e outras forças revolucionárias existentes não chegaram, como nós, a elaborar uma concepção de luta, estão dispostas, em princípio, a um trabalho em escala maior, que vise a soluções revolucionárias para os problemas do País. As discussões que com elas mantemos já se desenrolam em torno dessas soluções revolucionárias.

Em segundo lugar, o movimento operário, especialmente o sindical, não ficou

parado. As lutas tomaram um caráter nacional, fundaram-se novas Federações e Confederações sindicais, e o Comando Geral dos Trabalhadores é, sem dúvida, passo decisivo para a formação da Central Sindical. Houve lutas econômicas e políticas intensas, que culminaram em diversas tentativas de greves gerais, as quais, com suas experiências, tanto positivas quanto negativas, contribuíram decisivamente para o amadurecimento de movimento operário em geral.

Um terceiro elemento a considerar é o aguçamento progressivo e geral dos antagonismos de classe, que se deve a: 1) à crise econômica que a burguesia tenta enfrentar e que restringe a sua margem para manobras populistas; 2) ao surgimento de uma República Socialista no Hemisfério, que contribui decisivamente para a polarização das forças sociais e políticas no país.

A questão que se coloca é, portanto, a de saber de que modo podemos, nestas circunstâncias e considerando realisticamente as relações de forças, influir de fato na luta de classe em futuro imediato. Parece que devemos nos concentrar em:

— elaborar um programa de ação que vá ao encontro das aspirações das massas operárias, que se estão movimentando, mas que dê, simultaneamente, rumos definidos à sua luta, no sentido de quebrar, de uma vez por todas, a tutela que a burguesia exerce sobre o proletariado e os sindicatos;

— procurar elaborar uma plataforma mínima, que una as forças revolucionárias em potencial, para uma atuação coordenada, em torno de uma Frente, com fisionomia política própria;

— concentrar o nosso esforço e de nossos aliados nos setores decisivos do movimento operário, isto é, naqueles cuja atividade repercute no proletariado inteiro;

— levar as posições e reivindicações da luta revolucionária sistematicamente às bases do movimento operário organizado sob a bandeira reformista, procurando a sua adesão, mesmo em escala local ou em ações parciais;

— fazer dessas lutas, em todas as suas formas, um veículo da propagação das concepções marxistas nas massas.

O problema imediato é saber quais são os recursos mais importantes que a burguesia tem para tutelar o movimento operário. Quais são as praças fortes maduras para caírem?

5 — A LUTA PELA LIBERDADE SINDICAL

Caracteriza bem nossa vida sindical o fato de, no momento que nos aproximamos da fase decisiva da luta pelo reconhecimento de uma Central Sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores apresentar uma lista de mais de uma dúzia de reivindicações — como sugestão a uma reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, — que vai da "representação classista nos órgãos da Justiça do Trabalho" a "férias de trinta dias", mas que não toca no problema da legislação sindical propriamente dita, na questão do domínio das associações de classe pelo Ministério do Trabalho, na questão da liberdade sindical.

Apesar de se ouvir falar muito dela, a luta pela liberdade sindical não foi iniciada, ainda, no Brasil. Vamos além: a maior parte dos nossos operários industriais e dos quadros sindicais nem se colocaram ainda o problema da libertação dos seus sindicatos do controle e do domínio do Estado burguês, confiados ao Ministério do Trabalho.

A situação sindical reflete a situação geral do nosso proletariado. Há vinte e cinco anos está em vigor uma legislação sindical, inspirada na célebre "Carta di Lavoro" fascista. Muitas águas correram para o mar neste quarto de século. O Estado Novo desmoronou, em virtude da derrota do fascismo europeu. Tivemos a democratização, a moralização e o desenvolvimentismo. Tivemos golpes e contra-golpes, presidencialismo, parlamentarismo e um novo presidencialismo, adaptado às necessidades da burguesia no poder. Mas apesar de todas as brigas de facções da classe dominante, ela está de acordo sobre um assunto: o da conservação das amarras da vida sindical que o Estado Novo deixou.

O proletariado brasileiro, que cresceu justamente nesta fase, não conhece mais a experiência do sindicalismo livre. Essa falta de experiência determina a sua conduta. A imensa maioria fica indiferente à vida sindical, por esta não apelar ao seu instinto de classe. Uma mui pequena minoria, que tem vida sindical e que frequenta assembleias e sindicatos, deseja de fato mais liberdade nas decisões dos seus órgãos de classe, mas, na prática, não se movimentou para consegui-la. Também para ela, esse sindicalismo, de certo modo, é tido como "normal" e o terreno de luta,

tal como é oferecido pelo Ministério, é aceito.

Nestas condições, somente uma vanguarda vinda de fora pode iniciar a batalha. Somente uma denúncia sistemática e persistente do mal pela raiz fará com que se forme a consciência do anacronismo da atual situação sindical e com que a luta pela liberdade sindical tome rumos concretos. Para isso, todavia, é necessário que se rompa radicalmente com a tradição adotada pela esquerda política, que, desde 1945, limita a tentar conquistar as cúpulas sindicais, porque todo ataque à estrutura sindical ofenderia os "aliados" burgueses. É necessário que se mobilizem as massas e que se dirija a ofensiva justamente contra aqueles recursos jurídicos e materiais que a burguesia tem a seu dispor para sufocar a vida sindical. Trata-se, fundamentalmente, de uma luta pela abolição do Fundo Sindical; dos controles financeiros exercidos pelo Ministério através do Banco do Brasil; dos diversos órgãos ministeriais principalmente da Comissão de Enquadramento; do Estatuto Padrão, e, finalmente, de todas as faculdades do Ministério de reconhecimento, de dissolução e de intervenção nos organismos sindicais.

É claro que semelhante luta só poderá ser travada *contra* o Ministério do Trabalho. Ela implica no abandono da cooperação com o Ministério e da política da "conquista de posições" nos diversos Departamentos. Em troca, exige e permite a mobilização das bases sindicais e das massas operárias numa campanha classista. Para o nosso proletariado, essa luta é indispensável ao despertar da sua consciência de classe. Ela coloca praticamente o problema das relações com o Estado burguês, coloca a luta em termos de classe contra classe e forma noção da política operária, oposta a todas as formas de política burguesa. A luta pelo direito livre de associação e coligação das massas proletárias representa uma fase primária mas indispensável, da formação de uma classe operária independente.

6 — UMA EXPERIÊNCIA FALHA

Em âmbito local, principalmente em São Paulo, alguns setores "renovadores" do movimento operário tentaram colocar a questão da liberdade sindical em termos de luta contra o imposto sindical. A experiência foi suspeita. Contou certamente, com a participação de militantes

bem intencionados, mas a campanha parou, finalmente, nas mãos dos chamados "sindicatos democráticos" e de associações operárias controladas por padres, que são corpos tão estranhos à vida sindical operária como os próprios agentes do Ministério do Trabalho. O caráter do movimento tornou-se evidente quando seus autores apelaram para o então presidente Jânio Quadros e seu Ministro do Trabalho Castro Neves para abolir o Imposto — no que foram bem recebidos em princípio. (Jânio usaria em seguida esse "pedido" como ameaça contra os sindicatos que se opuseram à sua política econômica).

Um movimento que visa à mera abolição do Imposto Sindical, sem tocar nas demais instituições com as quais o Ministério do Trabalho amarra o sindicalismo, evidentemente não luta ainda pela liberdade sindical. Mas esta não é a única razão pela qual nos opomos a iniciar a luta por esse lado. Há o problema da situação objetiva do nosso proletariado e das possibilidades concretas de movimentá-lo para uma luta consciente.

A campanha contra o imposto, encontra, sem dúvida, repercussão e isto pelo simples fato de o desconto de um dia de trabalho por ano, provocar o descontentamento da imensa maioria dos trabalhadores. Trata-se, porém, do descontentamento de uma imensa massa amorfa, que, em sua grande maioria, está fora de qualquer organização operária. Se pudéssemos dirigir-nos diretamente a essa massa, organizá-la e liderá-la na luta, tal campanha teria razão de ser. A vanguarda revolucionária, todavia, não dispõe ainda desses recursos. Para levar essa massa à luta, para liderá-la e organizá-la é indispensável a atuação militante ativa das bases e dos quadros médios sindicais. E estes, em sua grande maioria, hesitam em tocar no problema do Imposto enquanto não existir uma Central Sindical, que tenha possibilidades e recursos financeiros para sustentar sindicatos mais fracos. Não podemos ter interesse em erguer entre nós e essas forças sindicais uma barreira sobre assunto que não compensa. Pois o Imposto, em última instância, não é a causa e sim efeito da situação sindical. Com sindicatos livres dos controles financeiros e demais tutelas do Ministério, a própria burguesia se apressará em aboli-lo. Ela não costuma financiar a nossa luta de classe.

7 — CHEGOU A HORA DOS COMITÊS DE EMPRESA

Na literatura de esquerda, surge, ultimamente, a palavra de ordem da formação de Comitês de Empresa. Em algumas indústrias, semelhantes órgãos existem até, no papel, como reminiscência de lutas passadas. É chegada a hora de enfrentar o problema.

O que é o Comitê de Empresa? É um órgão de representação dos operários formado no próprio local de trabalho. Poder-se-ia objetar, então, que, para isso, há os representantes sindicais. Mas estes só falam em nome dos operários organizados, enquanto que o Comitê de Empresa deve representar tanto os operários organizados, quanto os não organizados. Este, o traço mais importante do Comitê. No nosso caso, onde apenas uma minoria participa de fato da vida sindical, isso é de extrema importância.

O Comitê não se chocará, então, com a função do representante sindical na empresa? Não, pois representa o complemento necessário a uma ação sindical eficiente nos lugares de trabalho. É a organização das bases operárias nas fábricas, em torno das reivindicações mais imediatas, que dará aos sindicatos a força material para enfrentar o poder dos patrões, do Ministério e para empreender a luta pela sua liberdade e autonomia. É a luta latente e diária por melhores condições de trabalho, pelo cumprimento das leis trabalhistas no local de trabalho, em tomo da contabilidade do trabalho por peças, e inúmeros outros problemas. Isto representa uma escola para novos quadros sindicais e a fonte de novos recrutamentos.

Qualquer instituição nova — e para a maioria dos nossos operários ela é nova — tem de encontrar o seu lugar no panorama geral da luta de classe. Há indícios, e o surgimento dos primeiros Comitês fará aumentar essa tendência, de que o novo órgão é tomado como um substituto ou uma alternativa aos sindicatos, que decepcionam atualmente, e não faltarão tentativas de jogar os Comitês contra os sindicatos. Semelhante atitude seria, todavia, contraproducente. Constitui completa ilusão querer pensar que se poderá formar uma rede nacional de Comitês, que abrangerá praticamente o proletariado industrial, como classe, sem uma coordenação que só os sindicatos poderão fornecer. Não há dúvida de que o mero

surgimento dos Comitês dará novo caráter às atividades sindicais e obrigará os sindicatos a tomar conhecimento de uma série de problemas, que atualmente preferem ignorar. Não há dúvida, também, que surgirão lutas intensas entre Comitês e direções sindicais que procurem continuar na velha rotina. Mas, nestes casos, a luta será em torno de uma determinada política sindical e não contra a instituição do sindicalismo em si.

Como formar os Comitês? Antes de tudo, impõe-se uma campanha de agitação. A noção da representação operária no local de trabalho tem de ser levadas às massas. Isto resultará, provavelmente, nas primeiras tentativas práticas. Como instituição, porém, os Comitês se impõem em fases de luta aberta, como greves, etc. O caminho mais prático no início será a transformação de Comitês de greve em Comitês de Empresa permanentes e oficializados, com a representação de operários sindicalizados e não sindicalizados que se destacaram no decorrer do conflito. Uma vez instalados nas indústrias-chave, a expansão dos Comitês pelo país virá forçosamente.

Entre as indústrias mais maduras para a formação de Comitês, há as empresas nacionalizadas e aquelas que estão para ser nacionalizadas. É justamente nestas indústrias que o papel dos Comitês é mais destacado, pois levantarão o problema da gestão operária.

A forma concreta, que os Comitês tomarão entre nós somente a própria luta pode indicar. Convém ter em mente, entretanto, que os Comitês em si não fazem milagres e não representam um remédio para todos os males. Refletirão sempre o estado de espírito de toda a classe, mas sua mera existência facilitará sensivelmente a mobilização dos recursos da classe operária. Isso todavia não dependerá somente dos Comitês, mas igualmente do partido político operário.

8 — A LUTA CONTRA A CARESTIA

A luta contra a carestia e, concretamente, o modo como será travada esta luta, representam ainda o ABC de todo o esforço de mobilização e organização das massas proletárias.

Essa luta não é de hoje, pois vem sendo travada esporadicamente há tempos. A experiência nos mostra que o reformismo, com seus métodos particulares — e que se limita justamente a querer

melhorar a situação do proletariado dentro da sociedade burguesa — não consegue mais defender o nível de vida da classe operária. Logrou êxitos, até certo grau, enquanto a economia passava por uma fase de expansão e de relativa prosperidade. Iniciado o ciclo da crise, o reformismo revela-se impotente para sustentar as posições. O resultado é a decepção das massas, que começam a dar ouvidos a demagogos burgueses, arautos de uma salvação a curto prazo.

Passamos por essa experiência. Basta rever os resultados das eleições presidenciais de 1960 nos bairros operários, para aliviar o grau de desgaste a que a esquerda havia chegado. Hoje, nota-se certa recuperação do movimento operário. Deve-se isto, em parte, a novas experiências políticas. Desde 1960, muitas ilusões dissiparam-se e continuam a dissipar-se. O "desenvolvimentismo" e o nacionalismo, ligados estreitamente às concepções reformistas, perdem a sua atração. O Governo Jânio e as lutas subsequentes contribuíram para estabelecer a auto-confiança dos organismos operários. Mas o que mais contribui para intensificar as lutas sociais é o ritmo crescente com que a burguesia atenta contra os salários reais. Esta política da classe dominante (que encontra justificativa no Plano Trienal) faz com que os métodos reformistas percam terreno e suscite uma disposição de luta das massas operárias em novas bases.

O passo decisivo, entretanto, ainda não foi dado. A cúpula reformista faz, hoje, concessões ao espírito mais combativo das bases. Mas concessões somente não resolvem o problema. Se não se imprimir uma nova orientação à luta operária, o resultado será uma futura decepção, mais ainda que a sofrida no passado.

A questão cardinal, a do sentido e da orientação da luta, ainda não foi levantada. Apesar de todas as concessões feitas pelos reformistas, que dominam o movimento operário, não foi mudada a sua posição de princípio, isto é, não se abandonou a estratégia da mera luta por melhorias no quadro da sociedade burguesa, pois é isto que lhes permite prosseguir nas suas "alianças" e "apoios" às facções da classe dominante. E justamente para isso a situação é a mais desfavorável possível. Basta olhar os índices da conjuntura econômica do ano passado, que revelam uma estagnação.

A questão, agora, é desenvolver um desesperado esforço para salvaguardar o mais possível o já precário nível de vida do proletariado.

A burguesia, como classe, não tem outra escolha do que procurar garantir a sua parte no bolo da renda nacional à custa dos assalariados. Qualquer facção da burguesia no poder agirá dessa maneira. Sinal disso é o fato de Jango praticar a mesma política econômica preconizada por Jânio. Trata-se, pois de uma luta de classe contra classe, e como tal tem que ser compreendida pelo proletariado. Essa luta adquire sentido justamente quando o proletariado começa a compreender que a sociedade capitalista não garante e não pode garantir, indefinidamente o seu nível de vida; quando as lutas defensivas em torno dos salários reais se tornam o ponto de partida para a mobilização ideológica e organizatória da classe operária contra a sociedade capitalista em si; quando, no decorrer desta luta, o proletariado cria e consolida os seus órgãos de classe independentes, que o tornam capaz de liderar as demais classes exploradas. O que é decisivo, nessa luta, não são tanto as conquistas materiais mas a tomada da consciência do proletariado da sua força na sociedade, o desencadear das energias e das iniciativas dos operários e a aceitação da perspectiva pelas massas de uma solução do problema social, mediante a ofensiva final contra a sociedade exploradora.

9 — PELA HEGEMONIA DO PROLETARIADO

Foi o desenvolvimento das condições objetivas que criou as premissas para um papel mais consequente do proletariado na política nacional. Há tempos, o processo da industrialização contribuiu para isso, mas os antagonismos de classe se aguçam radicalmente quando aumentam as tendências da estagnação econômica e a ameaça da crise cíclica. Os contrastes se tornaram mais nítidos, ainda, com a revolução cubana e suas consequências, que se fazem sentir em todo o Hemisfério: o aguçamento progressivo da luta contra o imperialismo.

A industrialização criou o proletariado moderno no país mas, de certo modo, favoreceu as tendências reformistas. A quase contínua expansão econômica que o País conheceu da guerra até pouco, garantiu um certo nível de vida ao proletariado,

que, embora baixo, já representou sensível melhoria para centenas de milhares de camponeses e outras camadas integradas à produção industrial.

Hoje, a sociedade brasileira está colhendo os outros frutos da industrialização capitalista. A queda da expansão da produção capitalista no mundo inteiro e a crise no mercado mundial repercutirão mais pesadamente sobre os elos mais fracos do sistema: os recém-industrializados países subdesenvolvidos. Estes, ao lado dos problemas já conhecidos do atraso social, conhecerão as conquistas modernas da política de estabilização de salários, da super-produção e do desemprego industrial.

A revolução cubana criou uma alternativa. Não é a primeira deste gênero, mas é mais concreta e mais palpável para as nossas massas operárias. Trata-se de uma revolução socialista, que se deu num país subdesenvolvido, e, ainda mais, num país latino-americano. Não é fácil para as massas inteirar-se do caráter socialista da revolução — os nossos reformistas ainda preferem falar da revolução "nacionalista" cubana — mas, na medida em que o proletariado compreende o caráter de classe do novo regime, simultaneamente se aprofunda a sua própria consciência de classe.

Todos esses fatores contribuem para colocar em termos muito mais claros a luta contra o imperialismo. A burguesia nacional entrou na fase dos entendimentos abertos com os norte-americanos. Jango concorda com que Lacerda proíba o Congresso de Solidariedade a Cuba. San Tiago, o candidato do "Governo nacionalista e democrático", pelo qual os reformistas pretendiam, há pouco ainda, uma greve geral, torna-se executor do neo-entreguismo. Como latente força de solidariedade a Cuba, como futuro e único oponente do sistema imperialista, só resta o proletariado da cidade e do campo, entre as classes da sociedade brasileira.

Esta situação de fato não só criou as premissas, como tornou imperativo um papel mais ativo, mais consequente da classe operária. Tal papel depende, porém, da consciência que o proletariado é capaz de desenvolver e, por isto mesmo, não virá sozinho, não virá espontaneamente. Espontaneamente só surge a necessidade e a disposição de luta. A orientação e a direção da luta travada dependem das instituições políticas da classe operária, isto é, concretamente, dos comunistas no sentido mais amplo.

O movimento comunista no Brasil se divide em Partidos, grupos e correntes não organizadas. Se deixarmos duas tendências principais: os reformistas, que representam a linha oficial, e a oposição já rompida com o partido oficial ou em franca rebelião nas suas fileiras. O que a oposição, em seus diversos matizes, tem em comum, é o fato de exigir soluções revolucionárias na luta de classe.

Os reformistas dominam ainda o movimento operário. Esse domínio não foi conseguido porque tenham dado à classe operária uma educação socialista, — qualquer tentativa nesse sentido foi por eles rejeitada como "sectária" — mas sim porque se adaptaram sistematicamente às necessidades de uma política burguesa. Foi justamente a sociedade burguesa que lhes assegurou durante anos a tolerância do estado burguês e do Ministério do Trabalho. Sua função mais importante, nessa fase, era assegurar a cooperação das massas para o desenvolvimento burguês e mobilizá-las para o apoio a uma das facções da classe dominante. Tal política teve seu primeiro revés grave com a eleição de Jânio, que criou para a burguesia uma base de massa livre do ônus do esquerdismo. As lições dessa experiência não foram tiradas pela maioria do Partido. Abdicado Jânio, o PCB voltou ao esquema nacionalista e democrático. Presentemente assistimos a uma repetição dos acontecimentos em moldes um pouco diferentes. A situação interna e externa do país obriga a burguesia "nacionalista" a se descartar novamente do aliado da esquerda. Jango tenta criar sua própria base alijando o PC. O discurso de Marília indicou os rumos. A política do partido oficial chegou, agora, a um beco sem saída. Para sair daí teria de deixar de ser reformista.

Os revolucionários, que se agruparam em oposição ao reformismo da liderança do partido, se distanciam hoje de todas as palavras de ordem burguesas, como nacionalismo, desenvolvimentismo, da aplicação da "coexistência pacífica" à política interna, e apelam para soluções de luta. Voltam assim, às fontes do marxismo-leninismo, no que diz respeito aos objetivos de luta, na medida em que colocam o problema da tomada do poder por meios revolucionários. Mas, para a maioria deles, com essa colocação do problema, ficam esgotadas as possibilidades da aplicação do marxismo-leninismo às condições concretas do país. O que não colocam, e nisto justamente

consiste o fundamental, para nós como movimento político, é o problema de uma estratégia e de uma tática na luta diária, isto é, a preparação da revolução, ou, concretamente, a preparação da classe que terá de liderar esta revolução: o proletariado brasileiro. No fundo, também a nova esquerda revolucionária não sabe ainda o que fazer com o exército de operários industriais como fator revolucionário na luta de classe.

Esse vácuo é preenchido pelo que podemos chamar de "oportunismo da esquerda" e que se manifesta por uma fuga dos problemas reais que o movimento comunista terá de enfrentar. Espera-se a revolução no campo, ou a revolta das "massas desesperadas", mas desorganizadas, cuja única arma é a depredação, mas em todo caso espera-se a revolução, em vez de tornar possível a sua vitória.

Argumenta-se que, entre nós, e na América Latina, as coisas se passarão de um modo "diferente", que Cuba já ensinou muitas coisas novas, etc. Dificilmente saberão, ou tentarão pelo menos definir, em que consistem as lições novas e a situação diferente do país. Pois esse gênero de análises não se baseia num método marxista, nem representa um enriquecimento para ele, e sim, em meros desejos subjetivos, acima de fatores reais, velhos e novos. Não é de admirar se muitos desses elementos "radicais" voltarem a uma política reformista na prática quando as suas esperanças a curto prazo sofrerem decepções.

Como marxista-leninistas partimos da premissa — e este é o ponto de vista da Política Operária — de que a revolução é feita pela classe explorada que ocupa posição chave do processo de produção. Isto, nenhuma experiência prática, da revolução russa até a cubana, desmentiu até agora. Nas condições concretas do Brasil, onde o setor industrial já supera de longe o agrário, no produto nacional — mesmo sem levar em conta os transportes e os chamados serviços — onde já existe um proletariado de mais de 3 milhões de cabeças, é simplesmente utópico e reacionário pensar que se pode querer uma revolução, sem a participação e liderança decisiva do proletariado industrial. Uma análise marxista das condições sociais do País mostra que, independentemente de como

será desencadeada, na cidade ou no campo, a Revolução Socialista no Brasil será uma revolução operária, ou ela deixará de ser socialista, — e nesse caso ela acabará não sendo revolução.

10 — O PROBLEMA IMEDIATO

A nova situação do País, que se caracteriza por um inédito aguçamento das lutas de classe, exige a elaboração de uma estratégia e de uma tática que vise à mobilização do proletariado na política nacional e da conquista de sua hegemonia de fato, para torná-lo capaz de liderar as massas camponesas e da pequena burguesia radicalizada na cidade.

Isso só poderá ser feito abandonando definitivamente todos os esquemas abertos ou velados de colaboração de classe com a burguesia, que sacrificaram sistematicamente os interesses do proletariado.

Isso só poderá ser feito com a presença constante e enraizada dos elementos revolucionários, organizados e coordenados, nas lutas operárias, seja nas fábricas, nos sindicatos, na CGT, ou nas manifestações em praça pública.

Isso só poderá ser feito se vencermos a fase das improvisações, da política empírica de dia a dia, das frases pequeno-burguesas e populistas, que ainda infestam o raciocínio e a argumentação das esquerdas; se soubermos tornar toda luta parcial em uma lição de educação socialista das massas, se ensinarmos o proletariado a pensar em termos de classe e a agir em termos de uma política de classe. O marxismo não é nenhuma ciência oculta. Ligado à realidade e divulgado em linguagem acessível, ele penetra nas massas e as transforma na força material que desafia o sistema explorador, transforma a própria classe operária, desperta seu dinamismo e capacidade de luta, forma os quadros de agitação, de propaganda e organização no seio do proletariado, que são uma condição indispensável para o surgimento do partido revolucionário das massas trabalhadoras.

No fundo, trata-se para nós de vencer a fase do subdesenvolvimento político do movimento operário, que reflete estágios sociais ultrapassados da sociedade brasileira. Mas só venceremos na medida que superarmos nosso atraso como vanguarda marxista-leninista.

Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária?

LUÍS CAYO

Quando vastos setores da Esquerda se traçavam como objetivo, no quadro político resultante da crise de-agosto de 1961, reforçar os setores nacionalistas e democráticos, dentro de uma frente única da classe operária com a burguesia nacional, as classes médias urbanas e o campesinato, cometiam um equívoco da maior importância: esqueciam-se (ou negavam-se a reconhecer) que a chamada burguesia nacional não é no Brasil uma força social que esteja *fora* das classes dominantes, isto é, que lute por alcançar participação no poder político; pelo contrário, a burguesia nacional, de que fala o PCB (não se nos apresenta, como seu representante mais típico, o Ministro Ermírio de Moraes, ontem financiador da campanha eleitoral do Presidente Jânio Quadros?), essa burguesia participa diretamente do governo e lutava, na época, precisamente por firmar, de modo incontestável, a sua liderança no conjunto das classes dominantes — de que constituía a parcela mais expressiva e ponderável.

A frente única preconizada pelo PCB levava, portanto, necessariamente, à colaboração com o Governo existente, à cuja testa encon-trava-se exatamente o que se insistia em batizar de "burguesia nacional". Não pode ser, pois, motivo de surpresa o fato de que, na prática, a política de colaboração de classes tenha conduzido a classe operária ao apoio irrestrito a essa facção governista — o que se verificou nas crises políticas de 1962 (lembramos as greves de 5 de julho e de 14 de setembro), nas eleições parlamentares (citemos tão somente a campanha na Guanabara, feita em proveito exclusivo dos srs. Leonel Brizola, Elói Dutra e Aurélio Viana) e na campanha do plebiscito.

)OOO(

A política de colaboração de classes, seguida pelo PCB no quadro da "frente única nacionalista e democrática", converteu-se, de alguns anos para eá, em um espinho que se encontra atravessado na garganta de todos os verdadeiros revolucionários. Em função dela, ou melhor, em oposição a ela, surgiu, em 1961, o grupo POLÍTICA OPERÁRIA, contrapondo, como orientação estratégica, a formação de uma "frente dos trabalhadores da cidade e do campo", de uma frente de classe; produziu-se, no ano seguinte, a cisão mais séria que o PCB enfrentou, e que resultou na formação do novo Partido Comunista do Brasil, tendo, como palavra de ordem, "um governo popular e revolucionário"; ganhou corpo, a partir de 1961, a pregação do deputado Francisco Julião, que não oferecia uma direção estratégica definida, mas que sensibilizava largamente as classes médias com o seu radicalismo verbal e seu es-querdismo aventureiro; alastrou-se nas bases do próprio Partido uma sensação de mal-estar que já toma hoje a forma de franco descontentamento.

Assim, quando se considera o fracionamento e a divisão de força que imperam, atualmente, na esquerda, é-se forçado a constatar que sua raiz prende-se à linha política adotada pelo PCB — sobre quem recai, portanto, a responsabilidade exclusiva do enfraquecimento interno do movimento revolucionário brasileiro.

)oOo(

Consciente disso, e necessitada de preservar-se ante a crítica das bases, a direção do PCB tem procurado, reiteradas vezes justificar sua linha política. Ano passado, ainda, imediatamente após o lançamento do primeiro número de nosso jornal, publicava "Novos Rumos" extenso artigo — assinado pelo atual deputado Marco Antônio Coelho — focalizando, uma vez mais, o assunto. Nossa resposta a esse artigo demonstrou amplamente os equívocos em que laborava "Novos Rumos". Assinalávamos os malefícios que a política de colaboração de classes tem produzido no passado e a absoluta falta de perspectivas que oferecia às massas. Da burguesia "progressista" de 45 à atual burguesia "nacional" — dizíamos a mudança fora puramente verbal e constituiu-se, antes, em um atraso do que em um avanço (visto que a segunda fórmula favoreceu a ascensão do nacionalismo pequeno-burguês, em detrimento do marxismo-leninismo); o resultado permaneceu o mesmo: a intensificação do reboquismo e do oportunismo, a privação da classe operária de uma organização independente — o que a deixou sempre despreparada para o exercício de uma política condizente com seus interesses de classe, vale dizer, de uma *política operária*.

"Para lutar contra um inimigo comum, não se precisa de nenhuma união especial — frisávamos, citando a sempre atual *Mensagem à Liga dos Comunistas*. Uma vez que é necessário lutar diretamente contra tal inimigo, os interesses de ambos os partidos (operário e democrata pequeno-burguês — nota nossa) coincidem no momento e essa união, como vem ocorrendo até agora, surgirá no futuro por si mesma e momentaneamente."

)oOo(

Basta olhar o que se está passando, neste momento no Brasil, para ver que tínhamos razão. O novo governo burguês do sr. João Goulart, nascido à base de um típico movimento de "frente única", já disse ao que veio: o Plano Trienal, estabelecendo novos (e mais brutais) métodos de exploração da mais alta-valia dos trabalhadores; a composição híbrida do Governo, que acomodou um Almino Afonso e um Amaral Peixoto; as negociações com o imperialismo, concretizadas pela Missão San Thiago Dantas (o mesmo San Thiago por cuja investidura, no cargo de Primeiro-Ministro, a classe operária foi chamada à greve política); a prioridade dada a medidas fiscais e monetárias sobre as "reformas de base"; os amaneiramentos e recuos da política externa, iniciados com o apoio ao bloqueio de Cuba e coroados com o capítulo da Mensagem presidencial que a ela se refere; a hostilidade manifestada ao Congresso de Solidariedade a Cuba, seguida da recusa de facilidades diplomáticas, e da aceitação tranquila da proibição decretada arbitrariamente pelo sr. Carlos Lacerda — tais fatos nos mostram a burguesia "progressista" e "nacional" compondo-se com as demais forças dominantes, repetindo seu juramento de vassalagem ao imperialismo e

perseguindo inexoravelmente a consecução de seus objetivos específicos .

)oOo(

É evidente, todavia, que a burguesia nunca fez seu jogo numa carta só. É-lhe mister, quando em democracia parlamentar, manter o controle das ações de massa e oferecer-lhes, através de soluções "radicais" por ela própria proposta, veículos que canalizem a insatisfação popular e a orientem de tal forma que os fundamentos mesmos do sistema de exploração sejam preservados. A pregação do sr. Leonel Brizola enquadra-se aí, não sendo, alias, outro o motivo pelo qual a imprensa, volta-se hoje para a sua promoção. Mais vale, com efeito, para a burguesia, que se discuta Brizola — "anticapitalista", mas também (e sobretudo) anti-comunista — do que permitir que a opinião pública se ocupe dos fatos que põem diretamente à mostra a opressão do povo — tais como as greves operárias, os quebra-que-bras da Central, as lutas entre camponeses e grileiros que se sucedem, diariamente, por este Brasil.

Se o sr. Brizola é, porém, neste momento, o instrumento diversionista mais eficaz da burguesia, não é o único — nem se arriscaria ela, salvo em situação desesperadora, a confiar em um só homem. Já se prepara, tranquilamente, a seguinte: marchar com ela na luta "ressurreição" do sr. Jânio Quadros, que, de tema proibido que era, introduziu-se subrepticamente nas revistas, para ganhar, aos poucos, a primeira página dos jornais. Confia a burguesia em que a lição de outubro lhe tenha valido, e que, consciente do seu pouco valor pessoal e do aniquilamento que pode resultar de um boicote jornalístico bem dirigido, o ex-De Gaulle caboclo torne-se menos auto-suficiente, mais "centrista" e menos "esquerdista".

Outra promessa que se vai convertendo, para a burguesia, em realidade, é o sr. Almino Afonso. A prova evidente dos progressos que fez o fogoso tribuno no Ministério do Trabalho medem-se pelo crédito que vai conquistando junto a jornais como "Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil", "O Globo".

Ao lado desses homens, já maduros para a liderança burguesa de "esquerda", temos a incubadora representada pela maioria dos deputados que integram a Frente Parlamentar Nacionalista, — onde a burguesia irá, quando precisar, buscar seus galos de briga e que preenchem, enquanto esperam sua vez, a função de dar ao jogo parlamentar um pouco mais de interesse e de "suspense".

Assim procedendo, a burguesia garante para si, através de sua ala "esquerda", a liderança no processo de reformas que se desenvolve atualmente no país, e no qual ela é parte tão interessada quanto as massas trabalhadoras — embora divirja radicalmente destas quanto ao caráter que tais reformas devam ter.

)oOo(

"A atitude do partido operário revolucionário, em face da democracia pequeno-burguesa, é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar a sua posição em proveito próprio". A direção que Marx e Engels apontavam, em 1850, aos revolucionários alemães adquire, no Brasil de hoje, enorme atualidade. Nada mais diferente, com efeito, da sua concepção de ações comuns espontâneas e

ocasionais entre a classe operária e a democracia pequeno-burguesa, a par de um reforçamento constante e independente da organização operária, do que a colaboração sistemática de classes pregada pelo PCB.

No momento em que — valendo-se de uma "frente única" mal concebida (porque não levou em conta a verdadeira relação existente entre as classes e sua posição diante do imperialismo), e mal aplicada (porque se fez em benefício exclusivo da burguesia e solapando a unidade e a organização independente da classe operária) — no momento em que a burguesia procura encampar a luta pelas reformas, moldando-as a seus interesses, e manifesta profundo desprezo pelos interesses proletários mais vitais — como a defesa do salário real, o apoio à Revolução Socialista de Cuba, a luta contra o imperialismo — faz-se mister que os revolucionários brasileiros passem à ofensiva. O próprio PCB não tem mais o direito de seguir laborando no equívoco da "frente única": os fatos são por demais evidentes para que possam ser mal interpretados, e somente uma escamoteação grosseira e intencional poderá impedir que imponham uma revisão de sua linha política.

)oOo(

Em manifesto que vai publicado neste número, **POLÍTICA OPERÁRIA** conclama todas as organizações e companheiros da esquerda à união sob uma só bandeira — a da *Frente da Esquerda Revolucionária*. Nossa finalidade não é a de criar mais um dos muitos organismos supra ou para-partidários que pontilham a história da esquerda brasileira e que, por falta de objetivos comuns e de perspectivas práticas, dissolveram-se como bolhas de sabão. O de que se trata é unir as forças da esquerda em torno de reivindicações concretas e, à base de uma plataforma de luta, partir para a agitação e a mobilização das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Esta é a maneira prática e objetiva de dar aos trabalhadores brasileiros a organização independente de que necessitam, de constituir o partido revolucionário que os guiará, amanhã, para a tomada do poder.

Com esta iniciativa, abrimos o diálogo — que queremos franco, fecundo e unificador. Que se manifestem, agora, as forças da esquerda, e saberemos quem se bate de fato pela unidade do movimento revolucionário e pela ascensão política da classe operária.

A Luta Ideológica no Brasil

THEOTÔNIO JÚNIOR (*)

II — A ESQUERDA CRISTÃ

(1.^a parte)

A pequena burguesia vive em nossos dias, de maneira muito mais concreta que no passado, a ambiguidade que a dilacera e constitui. Sem ocupar um papel definido nas forças produtivas, vive entre a proletarização e as possibilidades cada vez menores de ascensão sócia. Ao mesmo tempo, o socialismo e a luta proletária são hoje cada vez mais concretos na medida em que avança a revolução proletária mundial. A opção entre o capitalismo e o socialismo torna-se assim mais direta e iminente para a pequena burguesia espremida entre os dois sistemas sociais. Vem isto dando origem a uma acentuada mudança ideológica desses setores, que exprime essa sua situação ambígua. Vemos uma doutrina do "engajamento" que procura motivar a classe para a participação, da qual o individualismo a afasta. Esse "engajamento" pode contudo assumir as formas mais inesperadas. Para o caso que pretendemos examinar, cabe-nos o estudo daquelas que assumem um caráter "esquerdista". Vão elas desde o reformismo e o revisionismo dentro do mo-

vimento comunista mundial, ao esquerdismo intelectualista dos "marxistas" que são anti-União Soviética. Mas uma manifestação especial dessa tendência pequeno-burguesa é a democracia cristã, que vai desde tendências direitistas a um esquerdismo às vezes consequente. Trata-se de uma tendência a uma terceira posição, entre o marxismo e a ideologia burguesa, através do cristianismo, que se manifesta de maneira mais concreta na França, através do grupo ligado à revista "Eapip". #

Essa tendência política, como a própria classe que lhe dá fundamento, está dilacerada por uma terrível ambiguidade. De um lado, representa um ponto de vista crítico à ideologia burguesa em suas manifestações mais cínicas. Volta-se contra a tentativa de obscurecer a verdade evidente da luta de classes, do imperialismo internacional, e principalmente do subdesenvolvimento, da exploração de classes, e volta-se também contra a deformação do mundo socialista e contra a demagogia que representa o chamado mundo ocidental e sua "demo-

(*) *Por lamentável engano da Redação e dos serviços gráficos, saiu no número anterior erradamente o nome do autor desses artigos sobre a luta ideológica no Brasil. Aproveitamos essa oportunidade para retificar o erro e desculpar-nos com os leitores desta Revista. (Nota da Redação).*

cracia cristã". Procura também tomar uma atitude menos doentia diante do marxismo, procurando reconhecer, pelo menos, a inquestionável validade de sua crítica histórica.

Por outro lado, contudo, prisioneiros das formulações e categorias metafísicas que o sentimento religioso lhes inculca, não conseguem separar todas as limitações e preconceitos que essa educação contém. A religião dos nossos dias vem procurando se adaptar ao desenvolvimento da sociedade, particularmente romper a crosta histórica e filosófica que a separa do socialismo. Com isto objetiva manter seus fiéis e não se isolar da grande massa operária e camponesa que ganha cada vez maior consciência política. Ao cumprir este papel de manter uma estrutura e uma concepção do mundo atrasada e mística, os nossos pequenos-burgueses carregam consigo uma grande carga de reação. O anti-comunismo, um pouco mais disfarçado, a inconseqüência nas análises econômicas e na concepção materialista do mundo, à qual aderem somente no aspecto da teoria do conhecimento, e assim por diante, a tentativa de manter unia educação de sentido religioso, as longas dissertações sobre o espírito cristão, etc., além da bárbara ideologia de que aquilo que há, para eles, de "avançado" no marxismo, sua vocação universalista, deve êle à concepção cristã do mundo, procurando inverter, contra todas as evidências, a verdade histórica. E assim por diante, vemos o sentimento cristão, no que tem de ligado às velhas estruturas arcaicas e a uma concepção ultrapassada do mundo, limitando e prendendo o avanço político dessa corrente. Isto a leva a

posições controvertidas politicamente e ao perigo do direitismo, que se encontra já dentro de sua linha política oportunista, à qual, a ausência de uma visão científica da realidade sempre leva.

No Brasil, um grupo de militantes da ação católica, particularmente os universitários (JUC), viveram uma rica experiência política. No movimento estudantil, assistimos sua penetração gradativa na massa e o papel de vanguarda que exerceu no movimento nacionalista. Partindo inicialmente de uma crítica idealista ao nacionalismo, menos por seus erros de concepção da realidade brasileira, do papel da burguesia e do proletariado, mas sobretudo pelo seu conflito com a vocação universal que o cristianismo ostenta, começaram a colocar, junto aos novos grupos de esquerda, — como a Política Operária — que surgiam na crítica à linha de aliança com a burguesia, problemas novos para o movimento estudantil. A crítica à universidade era um deles, que levou à campanha pela Reforma da Universidade; à necessidade da aliança operário-estudantil, outro ponto em que contraditava a linha de concessões à burguesia. Mas, embora subrepticionalmente, estas posições envolviam sobretudo um anti-comunismo com ares de crítica de esquerda, mas que na prática representava uma disputa de liderança, já não mais numa linha de oposição e sim dentro de uma frente de esquerda. Com isso, o anti-comunismo se disfarçava em crítica de esquerda, à linha do Partido Comunista brasileiro. Crítica esta que então a Política Operária realizava, mas dentro de uma visão marxista-leninista. Esta vocação anti-comunista se exprimia já nos do-

cumentos que expressavam o "novo cristianismo". Vejamos o que dizia Frei Gardonel a respeito: "O capitalismo e o comunismo comungam no gosto do poder — a necessidade de agir sobre os outros, ao invés de empreender uma ação com eles". Por aí se vê que não se criticava o reformismo dos comunistas brasileiros, como querem fazer crer alguns representantes dessa corrente cristã para ficar bem com a esquerda. Trata-se realmente de atacar a própria concepção e atuação do movimento revolucionário mundial.

Outros fatos que marcaram a constituição da "esquerda católica" no Brasil, ilustram esse fenômeno. A Revolução cubana surgia a princípio como uma revolução para-socialista, sem ligações com o marxismo-leninismo. Foi uma grande impulsionadora da organização política desse grupo e recebeu também uma adesão fervorosa dos jovens católicos de esquerda. Os fuzilamentos não os abalavam. O que os abalou foi a declaração de Cuba Socialista, tendo o marxismo-leninismo como concepção revolucionária. Aí, a esquerda católica passou a arrefecer sua defesa de Cuba, passou a destacar somente os aspectos superficiais da Revolução. Apesar de não recuar na sua posição de apoio à Revolução Socialista de Cuba, começou a colocá-la em nível secundário e não mais a vimos nas ruas durante o último bloqueio.

Dois fatos principais aceleraram a constituição organizativa da esquerda católica no Brasil: a luta contra o clero e a radicalização política do país após a crise de agosto. Viram-se os jovens de esquerda diante de uma tremenda reação da maioria do clero às suas

posições inconformistas. Mantiveram a luta dentro dos organismos da Ação Católica até que resolveram se organizar num movimento não-confessional. Mas como encaminharam essa luta contra o clero? Procurando mostrar aos mais abertos que com seu testemunho de cristãos revolucionários salvariam a religião, impedindo que o comunismo fosse o único líder das massas. Aí, mais uma vez, se vê como o lado positivo e o negativo se juntam na ambiguidade desse movimento de radicalização política da pequena-burguesia.

A crise de agosto jogou vastos setores da pequena-burguesia, particularmente do movimento estudantil, numa posição política radical. Gente recém-politizada e verde de experiência política, teria evidentemente na "esquerda" cristã o melhor caminho de engajamento. Cresceu assim a nova tendência e surge a Ação Popular como organização política dessa pequena-burguesia radicalizada. Seus teóricos, Frei Gardonel, cuja passagem rápida pelo país criou raízes numa juventude já radicalizada; Padre Vaz, cujas reformulações cristãs do hegelianismo davam cobertura teórica às novas posições; e entre os jovens, Herbert José de Sousa, cuja influência no movimento estudantil e militância de ação católica, permitia juntar o existencialismo de Cardonel, o hegelianismo de Padre Vaz, o marxismo da crítica à linha reformista do PCB e a militância política e traduzir em normas práticas (em subsídios e esboço de ideologia!!!) a aventura de ecletismo e a salada dos sinceros jovens que desejam às cegas, uma transformação no país. Vejamos as principais teses dessa salada ideológica.

A Consciência Histórica

"Nosso ponto de partida fundamental é a consideração da história humana como resultado da ação do homem, ação consciente (sic), ação, portanto, de crítica, operando transformações em que dialéticamente o homem, no mundo, opera o mundo - para-o-homem e através da praxis humana o mundo se incorpora ao homem. Fundamental é definir a "consciência histórica" como a consciência que os homens de uma determinada época, adquirem das condições concretas dentro das quais as exigências da realização humana (sic) devem ser atendidas, e, portanto, do sentido real da história humana daquela época (sic). A consciência histórica implica, de uma parte, os homens com suas exigências fundamentais de realização, dentro da linha de sua natureza de pessoas e da dinâmica de sua liberdade; de outra parte, um mundo como realidade independente da consciência, sujeito a leis próprias, e, que, como tal, deve ser compreendido e transformado pelo homem". (Herbert José de Sousa — *Contradições da Realidade Brasileira — Movimento*, n.o 5, Encartes — 3).

Para caracterizarmos o idealismo e a inconsistência das formulações acima, tomemos em primeiro lugar a afirmação gratuita de que a história humana é resultado das ações conscientes do homem. A história humana se faz e se fez através de um processo complexo de desenvolvimento da natureza e das relações dos homens entre si e com a própria natureza. Nessas relações, a consciência humana emergiu dialéticamente de uma atitude mística diante desta,

na qual a ignorância levava à projeção de características humanas aos seres não humanos. Para que a consciência deixasse essa fase mítica e passasse a explicar cientificamente o real, muitas etapas intermediárias tiveram de se desenvolver historicamente. E até hoje, a visão material e científica da realidade, seja natural, seja social, é acessível a pequenas minorias, enquanto a maioria da humanidade mantém-se em estágios pré-científicos de pensamento. Como, portanto, entenderemos a história como resultado da ação consciente do homem?! O desenvolvimento da consciência é produto do desenvolvimento das formas de produção e de organização social. Só compreendemos a história humana através desse dado básico — a ação humana de *transformação* do mundo (através do trabalho) e as formas que os homens adotaram para produzir sua própria vida de acordo com o desenvolvimento das técnicas e da sociedade em cada momento. Para resolver as contradições a que essa concepção leva, o autor procura se esquivar de uma posição idealista, admitindo que o mundo tem uma existência própria independente da consciência. Assim, ao pretender salvar seu pensamento do idealismo, a esquerda católica, através de seus teóricos, não faz mais do que se jogar no ecletismo mais bárbaro e inconsequente. Ser ou não ser: eis a questão. Ser ou não ser materialista, mas nunca confundir tudo no mesmo saco. Se admitida a verdade de que o real é independente da consciência, tem-se que entender a história humana não como ação consciente do homem, mas

sim como processo natural e social onde emergem os conhecimentos e a cultura humana como aspectos dessa realidade. Ademais, o problema já foi claramente solucionado por Marx tanto na Ideologia Alemã, como no Prefácio e na Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. Há somente que desenvolver essas postulações científicas do problema da consciência.

Como resultado dessa postulação errônea e eclética, que tenta fundamentar a chamada "ideologia" da esquerda católica, temos uma chocha dialética — a dialética da luta das consciências para a sua subjugação mútua. Nesta luta, uma consciência procura submeter a outra transformando-a em seu objetivo. Trata-se de "desenvolver" a dialética entre o senhor e o escravo de Hegel. O resultado dessa luta seria a sua superação através de uma conciliação das consciências. Mas como realizar essa superação? Numa sociedade socialista, dizem nossos teóricos. Como se vê, a sociedade socialista torna-se um resultado do desenvol-

vimento da consciência, entendida numa relação extremamente genérica, e não do desenvolvimento da ação coletiva da humanidade através de suas formas de produção e das relações sociais delas decorrentes. Por outro lado, o socialismo torna-se um estágio em que se elimina *tôda* dominação. O que se põe em xeque é, em última análise, o poder, a sede de poder, a necessidade de poder que a conciliação das consciências eliminará. Trata-se de uma nova versão do anarquismo, que poderá dar origem, do ponto de vista político, ao terrorismo e ao mais deslavado aventureirismo.

No próximo artigo, veremos como se transplantam para o plano da Sociologia, da Economia e da Política, essas formulações absurdas, que fazem regredir a filosofia aos néo-hegelianos, a Max Stirner e todas aquelas mediocridades que só são hoje lembradas porque foram objeto da crítica de Marx e Engels.

(CONTINUA)

POLÍTICA OPERÁRIA

revista bimensal

N.º 6

Diretor Responsável:

Luís Alberto Dias Lima

Correspondência:

Caixa Postal 18.185 - São Paulo

Av. Treze de Maio, 23 - Sala 922

Rio de Janeiro

Av. Afonso Pena, 323 - Sala 7

Belo Horizonte

SUMÁRIO

O Caminho da Crise Brasileira.....	1
Documentos: Por uma Frente da Esquerda Revolucionária	4
Diretrizes para uma Política Operária	7
Perspectivas das Lutas de Classes no Brasil.....	19
O Movimento Camponês no Brasil	41
O Crescimento do Movimento Operário e as Tarefas da Vanguarda.....	48
<i>Eurico Mendes</i>	
Aliança com a Burguesia ou Unidade Revolucionária	57
<i>Luís Cayo</i>	
A Luta Ideológica no Brasil	61
<i>Theotônio Júnior</i>	

Nota do CVM: Este número 6 da revista Política Operária foi publicado sem conter data. Considerando que o n° 5 é datado de jan-fev/1963 e o n° 7 é de out/1963, deduz-se que a presente edição foi lançada entre março e setembro de 1963.

CR\$ 100,00